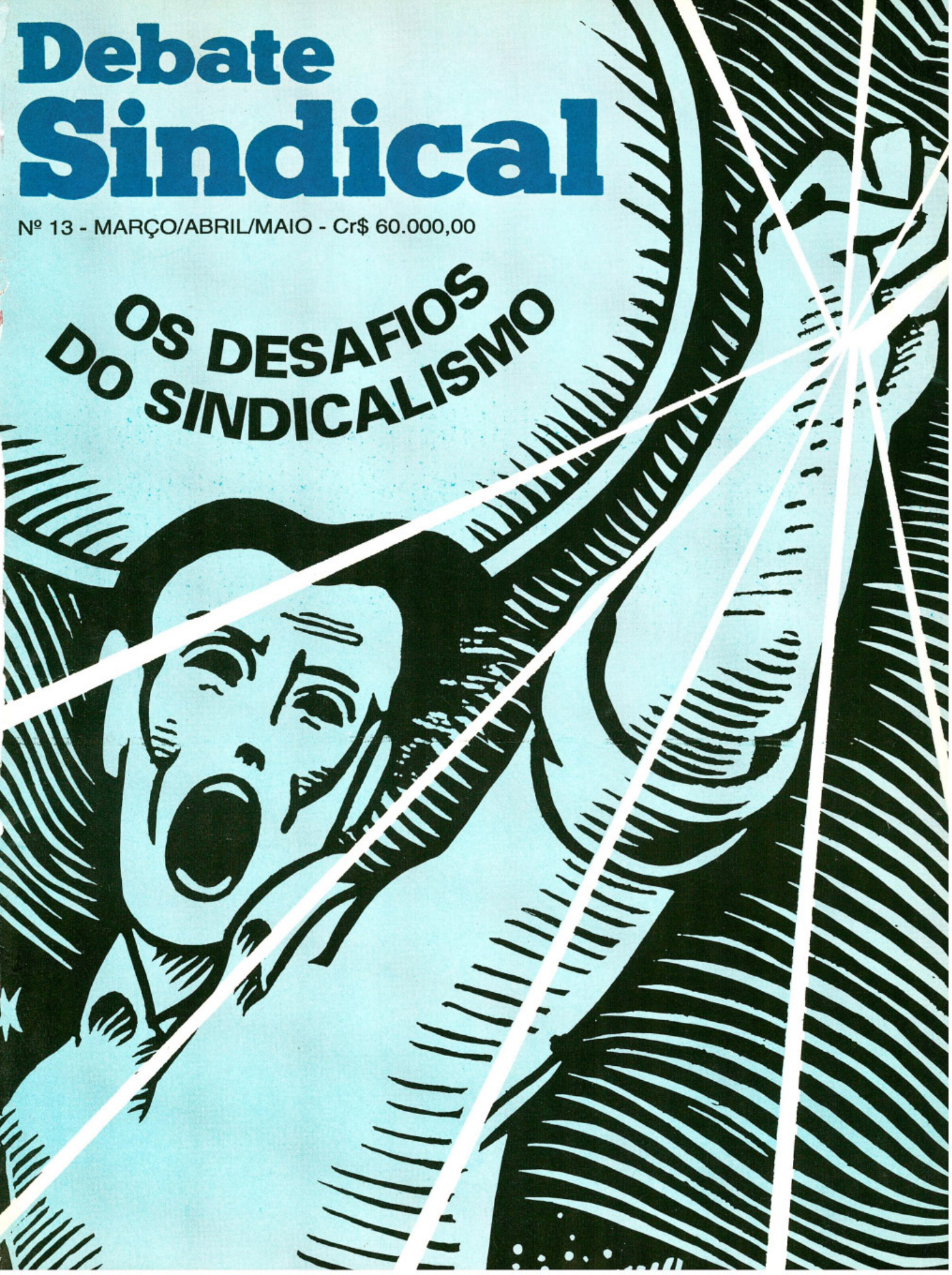


Debate Sindical

Nº 13 - MARÇO/ABRIL/MAIO - Cr\$ 60.000,00

OS DESAFIOS
DO SINDICALISMO





ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** O balanço e as perspectivas do sindicalismo
- 8** Tendências cutistas discutem os novos desafios
- 17** Efeitos do impeachment nas votações do Congresso
- 21** As consequências dramáticas da terceirização
- 24** A quem serve a proposta da Lei de Patentes?
- 29** Como atua o movimento sindical em Cuba
- 34** O toyotismo e seus reflexos na indústria japonesa
- 39** Crise capitalista reforça os ideais do socialismo

Debate Sindical

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Pirapitingui, nº 12, CEP 01508, Liberdade, São Paulo, SP, Fone/Fax: (011) 270-7702

Conselho de Redação

Umberto Martins, José Carlos Ruy, Bernardo Joffily, Antonio Martins e Altamiro Borges.

Conselho Editorial

José Carlos Schultz, Pedro Pozenato, Augusto Petta, Claudio Fonseca, Enéas da Silva dos Santos, Gilda Almeida de Souza, Gregório Poço, Magnus Farkat, Marcelo Toledo, Neleu Alves, Nivaldo Santana, Wagner Gomes, Luis Alberto Chaves, Edmundo Costa Vieira, Newton Pereira de Souza, Wellington Teixeira Gomes, José Alvaro Fonseca Gomes, Luiz Gavazza, Renildo de Souza, Nilton Canuto de Almeida, Reginaldo Lira, Sérgio Barroso, Julio César Rego Gutierrez e Lúcia Regina Antony.

Revisão

Flávio Vilar

Ilustrações e fotos

Arquivos do Sintaema e do jornal "A Classe Operária"

Capa

Pedro de Oliveira

Editoração Eletrônica

P&B (fone: 277-7362)

Fotolito

Ajato (fone: 279-7274)

Tiragem da edição

3.000 exemplares

Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais.

Companheiro(a) sindicalista

Após quase três anos de governo Collor, que pareceram séculos, o Brasil vive um novo quadro político. A gigantesca mobilização de rua do ano passado, que garantiu o impeachment — um feito inédito na história do país —, representou também uma certa derrota da política econômica neoliberal. O chamado programa de modernização, que jogou milhões de brasileiros na miséria, saiu arranhado, desgastado, de todo este processo de luta do povo.

Isto não significa que o neoliberalismo foi abandonado como estratégia das classes dominantes, que procuram interferir no novo governo. Este sofre pressões de todos os lados, num verdadeiro tiroteio. Apesar de alguns acenos positivos, ainda não definiu precisamente qual será sua orientação econômica, sua política de alianças, suas prioridades, etc.

Neste novo quadro, os movimentos sociais têm um importante papel a desempenhar. No caso do sindicalismo, qualquer postura de trégua ou conciliação só favorecerá a ofensiva do grande empresariado - nacional e estrangeiro. De forma consequente, e não voluntarista ou aventureira, cabe exigir ainda com mais força o fim da recessão, do arrocho salarial e do desemprego. A questão da soberania nacional, que o neoliberalismo tenta aniquilar através das privatizações e de outras medidas entreguistas, também está na ordem-do-dia.

Num ano de plebiscito sobre a forma de governo e de revisão da Constituição, problemas políticos candentes estarão em discussão. Para evitar os golpes já tramados contra as liberdades democráticas e para avançar nas conquistas sociais, o movimento sindical terá que mostrar força e coesão. Como se observa, 93 pode ser um ano quente - carregado de mobilizações que favoreçam o desenvolvimento da consciência classista dos trabalhadores.

Os avanços e os recuos do movimento sindical e os desafios do futuro

João Batista Lemos*

O balanço dos anos 80 mostra que esta não foi uma "década perdida" para o sindicalismo brasileiro. Já o período atual sinaliza inúmeras dificuldades, objetivas e subjetivas, para o desenvolvimento das lutas sindicais. Quais as lições do passado recente e as perspectivas futuras? O autor procura responder a estas indagações partindo do raciocínio de que o "feijão com arroz de todos os dias não basta para construir um sindicalismo conseqüente no país".

Ao contrário dos países desenvolvidos da Europa e América do Norte, o Brasil viveu nos anos 80 uma fase de fortalecimento do movimento sindical, marcada por significativas mudanças. Houve uma autêntica explosão do sindicalismo dos assalariados médios, médicos e professores, por exemplo, que construíram inúmeras associações e sindicatos profissionais. A área rural também avançou significativamente. Constituíram-se as centrais sindicais, CUT, CGTs e FS.

Ocorreram grandes movimentos grevistas, com destaque para a greve dos metalúrgicos do

ABC em 1980, e as greves gerais, todas contra a política econômica do governo e pela reposição de perdas salariais. "É possível dizer — comenta Ricardo Antunes, no livro *O novo sindicalismo* — que os movimentos grevistas, intensos nesta década passada, tiveram como causalidade a luta contra a super-exploração do trabalho em que vivem os operários das indústrias, que particulariza o capitalismo do terceiro mundo e contra as diversas formas de subtração do salário, como no caso das greves desencadeadas pelos assalariados médios".

Registrou-se um aumento significativo dos índices de sindicalização, contrastando com a

queda sensível na maioria dos países industrializados. A Constituição de 1988, a despeito de seu essencial conservadorismo, sancionou, sob pressão dos trabalhadores, direitos sociais e sindicais num nível desconhecido nas seis Cartas anteriores: entre eles a liberdade e autonomia sindical; amplo direito de greve (este regulamentado num rumo restritivo durante o governo Collor); direito do funcionalismo público à sindicalização; extensão dos direitos sindicais aos assalariados rurais.

Mesmo saindo da década de 80 com saldo positivo, e embora tenha minorado os efeitos da crise, o sindicalismo brasileiro não conseguiu reverter a tendência no sentido do empobrecimento das massas trabalhadoras. A inflação de dois dígitos e a prolongada recessão dessa "década perdida" empurraram implacavelmente para baixo o poder aquisitivo dos salários.

**O panorama nada favorável
dos anos 90, com recessão
e queda do número de greves**

Os anos 90 mostram características novas e mais ameaçadoras. As novas tecnologias e sistemas operacionais, mais o processo de terceirização, somam-se à recessão para "enxugar" a força de trabalho.

O movimento sindical não deu resposta a esta nova realidade. Pesquisa do IBGE, realizada no ano passado, conclui: "Os movimentos divergentes do salário e do emprego informam, apesar de seu aspecto conjuntural, mudanças estruturais profundas na indústria do país, que se prepara para ser competitiva, enxugando a mão de obra e aumentando o salário para ter qualidade total, e mudanças na estrutura produtiva, do tipo 'just-in-time' (evita estocagem) e terceirização, devendo para o futuro investir em automação". Esta nova indústria não vai repor os empregos perdidos, reconhecem os empresários, mas "terá uma produtividade mais sadia, com investimentos em sua modernização" (Gazeta Mercantil, 12/11/92).

Outra realidade que o movimento sindical enfrenta é o crescimento do trabalho informal, que tomou impulso. Segundo pesquisa da PNAD/IBGE abrangendo os últimos três anos, este chega a 13,9 milhões, 22,4% da população

ocupada do país, de 62,1 milhões. Estas pessoas (mais gente que a população do Chile) não têm a proteção das leis trabalhistas, não tem carteira assinada, nem o direito de sindicalização ou qualquer organização, para não falar dos salários. Somando-se cerca de 7 milhões desempregados, são cerca de 20 milhões de excluídos do mercado formal de trabalho.

**Dificuldades pressionam o
sindicalismo no sentido
da conciliação de classes**

Isto acarreta sérias consequências para a organização, o processo de sindicalização e o nível de mobilização dos trabalhadores. Pelas estatísticas do DIEESE, ocorreram 569 paralisações nos onze primeiros meses de 1992, pouco mais de um quarto das 2.090 (entre as quais uma greve geral de notável adesão) que varreram o país em 1989, antes da ascensão de Collor. O número de grevistas chegou a 2,77 milhões, menos que metade do de 1991.

A recessão, as mudanças tecnológicas e organizacionais do trabalho e a crise mundial do socialismo pressionam o movimento sindical brasileiro no sentido da colaboração de classe. E não se pode dizer que esta pressão não funcione.



Recessão dificulta a ação sindical

Jaílton Garcia

No plano político, até por razões de sobrevivência, o sindicalismo procura romper com a prática defensiva-reivindicativa, apresentando alternativas globais para a crise brasileira. Até aí, tudo bem. Mas de que alternativas globais se trata? Predominam amplamente aquelas que se enquadram dentro de uma perspectiva essencialmente reformista, inspirada no chamado sindicalismo de participação, ou, em bom português, um sindicalismo de parceria, de colaboração com o capital.

Isto não surpreende vindo da Força Sindical, esteio do neoliberalismo no Brasil, propagandista de Collor para presidente em 1989 e de Maluf para prefeito em 1992. Em documento apresentado no seminário "Fórum Nacional", de junho passado, a FS apresenta propostas, desde a questão ecológica até a reestruturação partidária, o papel do Estado e as privatizações, que configuram um autêntico programa neoliberal.

Não seria o caso de deter-se aqui no exame das CGTs. Com reduzido peso político e sindical, tanto uma como outra desempenham um papel intermediário, não polarizam.

Mas merece análise o comportamento da CUT e de sua tendência majoritária, hegemônica no escalão superior, a Articulação Sindical. A Articulação vai se definindo claramente pela orientação social-democrata, que não busca a ruptura mas a negociação e a coexistência com o "capitalismo da modernidade".

Nem a CUT e nem a Articulação são blocos coesos. Há tendências classistas que se opõem e resistem a esta orientação. A própria corrente majoritária ainda não ousou elaborar suas inclinações social-democratizantes sob a forma de um projeto global. Mas já define algumas de suas linhas. Advoga a adoção de estratégias que combinem a prática defensiva-reivindicativa com políticas propositivas no âmbito das relações capital-trabalho e Estado-sociedade. Afirma que, "ao contrário de significar a negação das desigualdades, a aposta na democracia implica em reconhecer e explicitar, pela via da negociação ou do confronto positivo, a existência das contradições sociais" (documento apresentado no "Fórum Nacional").

Com esta orientação, e na esperança de influir sobre o governo Collor, a CUT priorizou a negociação, a participação nas câmaras setoriais e no célebre "entendimento" de 1990. E secundarizou a luta, a mobilização dos traba-

lhadores, o enfrentamento ousado das dificuldades causadas pela recessão.

O descompasso ficou patente durante o movimento Fora-Collor, que mobilizou milhões de pessoas. A CUT aderiu à bandeira do impeachment, a partir de junho, e abraçou a palavra-de-ordem "Fora Collor!", em 27 de agosto, mas não jogou o papel que lhe cabia e estava ao alcance de sua vontade política.

Tirar as consequências do quadro em mutação para imprimir a marca classista

O movimento sindical classista precisa tirar consequências deste quadro em transformação. As dificuldades dos trabalhadores são fruto de uma crise política econômica e social da estrutura da sociedade brasileira, entrelaçada com uma crise mundial do capitalismo. Exigem, portanto, soluções radicais, a derrocada do sistema baseado na propriedade capitalista e no trabalho assalariado, a construção de um novo regime com base na propriedade social dos meios de produção.

A estratégia do sindicalismo classista consiste em combinar as lutas de caráter econômico e imediato com os interesses gerais e políticos dos trabalhadores. E estes reclamam um projeto estratégico de transformação radical, de subversão das classes no poder.

Isto não implica em fitar apenas o objetivo final, sem baixar os olhos para os caminhos, às vezes tortuosos, que conduzem até ele. Pelo contrário. É preciso elaborar plataformas claras de curto e médio prazos, em defesa dos interesses nacionais, do aprofundamento da democracia e dos direitos sociais, da retomada do desenvolvimento. Buscar bandeiras políticas capazes de colocar o movimento sindical nas ruas.

Aí estão, na pauta de 1993, questões como a luta por um parlamentarismo democrático, ou a pressão sobre o Legislativo em favor dos direitos sociais, da independência nacional e da democracia, durante a reforma constitucional. Tudo isso interessa de perto aos trabalhadores. Um movimento sindical que não descobre os meios e formas de engajá-los numa mobilização efetiva e massiva não merece o qualificativo de classista.



A defesa da soberania nacional, contra as privatizações, ganha importância na fase atual

Os desafios se estendem também à esfera organizativa. A partir da promulgação da Constituição de 1988, que reconhece a liberdade sindical, o sindicalismo brasileiro começou a organizar-se verticalmente pelo conduto das centrais, rompendo na prática a unicidade sindical prevista na Constituição, no âmbito das federações e confederações, embora mantendo-a ao nível de base. Agora, a proposta do contrato coletivo de trabalho, advogada pelo ministro Walter Barelly, traz de contrabando a aprovação da Convenção 87 da OIT; isto poderá desorganizar totalmente a vida sindical brasileira e dividir os trabalhadores na base, pelo menos por algum tempo. Diante deste problema o sindicalismo classista luta por uma estrutura sindi-

cal que possibilite a unificação e o combate dos trabalhadores; uma organização enraizada em cada local de trabalho, município, estado ou região e também nacionalmente, por ramo de atividade e enquanto conjunto dos trabalhadores.

Dá a importância de fortalecer a CUT, em que pesem suas limitações atuais. E vale um destaque especial para as instâncias horizontais, as CUTs Estaduais e Regionais, instrumentos preciosos na educação de classe, onde se dá a unificação orgânica dos trabalhadores de diferentes categorias. A proposta do contrato coletivo de trabalho deve ser examinada sob esta mesma perspectiva, como um instrumento potencial de negociação coletiva a nível nacional e por ramo de atividade.

* Metalúrgico. Integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES). Colaboração de Bernardo Joffily

DEBATE

As perspectivas de 1993

No novo quadro político do país, nascido das grandes mobilizações de rua do ano passado e do impeachment de Collor, quais são os grandes desafios do movimento sindical brasileiro em 93? Esta foi a pergunta formulada às lideranças das principais correntes internas da CUT. No espaço democrático da coluna *Debate*, os representantes da Articulação, Corrente Sindical Classista, CUT pela Base e Convergência Socialista emitem francamente sua opinião.

Através da polêmica madura, a revista *Debate Sindical* objetiva contribuir para que o sindicalismo cutista encontre o melhor caminho para sua ação. Esta coluna continua aberta a todas as forças comprometidas com o avanço das lutas dos trabalhadores no rumo da sua emancipação.

A CUT não mudou e tem muitas lutas a travar

Jair Meneguelli *

A imprensa tem insistido muito que "as coisas estão mudando" no sindicalismo brasileiro. Eu não acho que as coisas estejam mudando na CUT. Não no sentido que querem dar à expressão. Desde que eu estou no movimento sindical e desde a fundação da CUT, há dez anos, nós sempre quisemos, lutamos, nos organizamos para conquistar as nossas reivindicações. Este é o papel da central.

Já tivemos mais dificuldades do que agora para dialogar. Eu fui presidente do Sindicato de São Bernardo por seis anos e já vi empresários dando tiro na porta da fábrica quando chegávamos para organizar os trabalhadores numa paralisação. E a dificuldade era maior com os executivos do que propriamente com os empresários.

Mesmo então, sempre procuramos apresentar nossas reivindicações ao patrão ou ao governo, com a expectativa de podermos negociá-las. Mas às vezes você nem era recebido. E, na maioria das ocasiões, sua pauta de reivindicações não tinha nenhuma receptividade, nenhum retorno, não atendiam nenhuma das cláusulas principais que você apresentava. Então nós não tínhamos outra saída exceto organizar a categoria para fazer valer as nossas reivindicações através da luta.

Agora há mais condições de diálogo. Em 1992, por exemplo, muitas das categorias mais mobilizadas conseguiram negociações razoáveis. Algumas alcançaram reajustes mensais de salários, ou 70% da inflação mensal, ou 80%, 90% e, algumas delas, inclusive reajustes mensais pela inflação integral. Evidentemente isto faz com que você tenha menos motivos para fazer greve.

Não estou discutindo aqui se é o suficiente. Acho que ainda é muito pouco, queremos muito mais. Mas pelo menos isso tem se conseguido. Onde houve mais greve em 92? Exatamente nas categorias que não tiveram retorno nas negociações, sobretudo os funcioná-

rios públicos municipais, estaduais e muito especialmente os federais.

Isso não é uma mudança da CUT. Como fruto, resultado do nosso trabalho, da nossa mobilização, da nossa pressão, estamos exigindo e fazendo com que os empresários e governo aceitem com maior frequência a negociação. Tanto que já depositamos no Ministério do Trabalho a proposta, a ser amplamente discutida em 1993, do Contrato Coletivo de Trabalho, que há dez anos, ou mesmo cinco, era um bicho de cinco cabeças para a classe empresarial.

O sindicalismo impôs mudanças à sociedade, mas é preciso avançar ainda mais

Creio que impusemos uma mudança, não da CUT, mas da sociedade. Claro que ainda é quase nada, até porque 93 vai ser muito difícil para o movimento sindical, que não poderá se contentar em discutir apenas salário. Vamos, sim, discutir salário, emprego, condições de trabalho. Mas teremos de discutir também Contrato Coletivo de Trabalho. É possível inclusive que ele saia em 93. Teremos um ano inteiro para discutir, vamos realizar alguns seminários.

Claro que ainda existem muitas divergências sobre o que é o Contrato Coletivo e qual a sua abrangência. Mas já estão lá no Ministério do Trabalho propostas da CUT, da Fiesp, do PNBE, da Contec, da Contag, seguramente serão entregues propostas da CGT e quem sabe até da Força Sindical, embora esta não tenha este assunto como prioridade.

Há hoje, no mundo sindical, no mundo empresarial, no mundo político, o entendimento de que não se pode mais depender do corporativismo nas relações entre capital e trabalho. Ha-

vendo este entendimento, acho que é possível chegarmos lá.

E o Contrato Coletivo é apenas um exemplo entre muitos. Teremos que discutir também plebiscito, sistema de governo, onde está embutida a discussão sobre restringir ou não o patamar de democracia já alcançado. Teremos de discutir reforma constitucional, diante de um parlamento retrógrado, atrasado, conservador, correndo o risco de vermos suprimirem algumas conquistas da Constituição de 1988.

Portanto, pode haver a necessidade de voltarmos às lutas, de termos greves tão numerosas quanto tivemos há cinco ou oito anos atrás. A CUT não adquiriu nenhuma docilidade. Se mudanças houveram, foram impostas exatamente pela luta desse sindicalismo mais combativo que hoje se reúne dentro da Central Única dos Trabalhadores.

**Forçar o governo Itamar
a abandonar de vez a
orientação neoliberal**

Sobre nossas perspectivas quanto ao governo Itamar, temos que ser muito honestos. Falemos francamente: Itamar foi eleito na chapa do senhor Fernando Collor de Mello. Não quero dizer com isso que ele seja exatamente igual a Collor, mas também não posso ter a mínima ilusão de que seja um legítimo representante da classe trabalhadora, ou dos desempregados, dos menos abastados, dos descamisados.

* Presidente da CUT Nacional e integrante da tendência Articulação

A travessia destes dois anos vai depender muito menos de Itamar e muito mais de nós, de termos a capacidade de unir as nossas forças e discutirmos, sem sermos cooptados por Itamar, sem passar-lhe um cheque em branco, sem dar-lhe uma trégua. Se nós, movimento sindical combativo, junto com partidos políticos de esquerda e quem sabe algumas outras entidades da sociedade civil conseguirmos alinhar algumas prioridades, podemos forçar o governo Itamar a ser algo mais que um autor de emendas no projeto neoliberal. Podemos fazer com que ele abandone de vez a orientação do neoliberalismo que, como é sabido de todos, levou o país a uma das mais fortes recessões dos últimos anos.

Quero crer que temos condições de elaborar um projeto alternativo ao que herdamos de Collor de Mello. Nas eleições presidenciais de 1989 nós reunimos uma frente partidária, a Frente Brasil Popular, que, se não tinha um projeto alternativo acabado, pelo menos traçou alguns pontos do que seriam os princípios desse projeto. Hoje nós poderíamos evoluir, discutir melhor aqueles pontos, examinar se vamos seguir aquele mesmo parâmetro.

Tenho certeza absoluta de que, se conseguirmos juntar PT, PCdoB, PPS, PSB, quem sabe, no limite, o PSDB, e mais o movimento sindical, poderemos produzir, sim, um projeto alternativo para este país. Temos que chamar a nós a responsabilidade de salvar esta terra, pois o que estamos assistindo, na verdade, é o perigo muito imediato de uma situação como a da Argentina, de destruição do parque industrial, num nível que talvez não se consiga recuperar nem em cem anos.

Vera Juruys



A batalha do "Fora Collor" criou um novo quadro político no país

Novo quadro político pode favorecer o avanço

Nivaldo Santana *

O movimento sindical brasileiro passou por um período de grande efervescência e crescimento na década de 80. Milhares de greves, renovação dos sindicatos, criação das centrais sindicais. Neste mesmo período, o Brasil atravessou a mais profunda recessão de sua história — a chamada "década perdida", na opinião dos economistas. Temos, assim, um resultado contraditório: grande avanço político do sindicalismo e aumento relativo e absoluto de miséria em nosso país.

O início dos anos 90 agravou ainda mais esse quadro. A ascensão de Collor à presidência da República e a aplicação do receituário neoliberal aumentaram a níveis explosivos o desemprego, o arrocho, a queda da produção em nosso país. Tudo isto com altas taxas de inflação. Dados oficiais atestam que 22,4% da população economicamente ativa vivem do chamado trabalho informal.

Somados aos 7 milhões de desempregados, temos mais de 20 milhões de pessoas fora do mercado formal de trabalho - sem salários fixos, proteção previdenciária, assistência médica, etc. E os empresários já afirmam que mesmo com o fim da recessão os postos de trabalho não serão repostos, o que dá tons mais dramáticos à crise e caracteriza uma situação de desemprego estrutural.

Além disso, dados do IBGE indicam que 48% dos assalariados brasileiros não tem registro em carteira profissional, 74% das empresas pagam irregularmente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e 53% das empresas simplesmente não depositam um centavo no FGTS. Quanto aos salários, a situação também é calamitosa. Dados do PNDA/IBGE de 1990, mostram que 64% da PEA (25.669.000 trabalhadores) ganham até três salários mínimos ... uma vergonha!

Esta grave crise econômica tem aprofundado o processo de degradação social em nosso

país. A multiplicação de favelas, cortiços e sem-tetos, aumento da violência urbana, prostituição, drogas, etc, distanciam nossas grandes cidades da vida civilizada e nos colocam na ante-sala da barbárie.

**A profunda recessão afeta o
sindicalismo e dá brecha
às posições conciliadoras**

A diminuição da atividade econômica, o aumento do desemprego e do arrocho provocam a queda objetiva do poder sindical. Um dos resultados ilustrativos dessa situação é a diminuição do número de greves e grevistas em 1992. Estas dificuldades também aumentam a margem de manobra das classes dominantes. Estas procuram cooptar os trabalhadores através de diversos artifícios de parcerias que, afirmam, é o único caminho para evitar a maior degradação social e a ocorrência de explosões.

Infelizmente, o canto da sereia da conciliação de classes tem encontrado guarida em setores que hoje hegemonomizam o sindicalismo brasileiro. A Força Sindical é, destacadamente, o instrumento privilegiado dos defensores do neoliberalismo no movimento sindical. Com grande respaldo dos meios de comunicação, Medeiros tem sido o porta-voz oficial das classes dominantes entre os trabalhadores.

Além de Medeiros, a conciliação tem os seus aderentes à esquerda. Setores majoritários da CUT passam a defender uma "nova" concepção sindical, dita propositiva, em oposição ao que eles chamam de sindicalismo meramente contestatório, que estaria atrasado, defasado no tempo. A modernidade, dizem, deve fazer os trabalhadores abandonarem a grevilha (contração de greve com guerrilha), porque milha-

res de greves foram realizadas e a distribuição de renda é cada vez mais desigual em nosso país.

Incapazes de ir à essência dos fenômenos causadores da crise, procuram velhos atalhos. A nova fórmula, o caminho das pedras, é o "confronto propositivo", onde os trabalhadores, na condição não só de trabalhadores, mas de cidadãos e consumidores, devem participar de fóruns com empresários e governantes, defender suas propostas e se credenciar, por esta via, para sair do atoleiro em que estão metidos.

Neste rumo, as câmaras setoriais, por exemplo, com os trabalhadores formulando suas propostas alternativas, podem jogar papel mais importante que os velhos e surrados discursos em portas de fábricas, passeatas, greves, etc, que, é o que se diz, passam a desempenhar papel secundário no arsenal de lutas do sindicalismo contemporâneo. Não negam as greves, mas subordinam as lutas às intermináveis negociações.

O sindicalismo classista, hoje minoritário, deve procurar caminhos mesmo diante da maré montante do sindicalismo conciliador. 1993 está aí. Todo início de ano provoca reflexões, balanço do ano anterior e perspectivas para o futuro. O que fazer em 1993? Quais são as propostas?

Antes de mais nada, um grande acontecimento político ocorrido em 1992 (o impeachment de Collor) fez com que as esperanças dos trabalhadores fossem renovadas. A derrota de Collor e a ascensão de Itamar Franco, queiram ou não os míopes e cegos políticos de todos os quilates, representam fatos extremamente positivos. Foi uma dura derrota do neoliberalismo e um novo quadro de forças se apresenta no cenário da luta em nosso país.

Os trabalhadores ficam melhor posicionados para enfrentar o arrocho e o desemprego, combater as privatizações e a abertura indiscriminada da nossa economia e, principalmente, para deter a recessão e inaugurar um novo período de crescimento econômico. Afinal, Collor caiu, mas permanecem as ameaças à democracia e aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional.

A estratégia do sindicalismo classista é combinar as lutas mais imediatas com grandes lutas políticas. Não abandonar a perspectiva socialista e mostrar aos trabalhadores que a verdadeira solução dos problemas brasileiros não se dará

pelas mãos de governos burgueses e nos marcos do capitalismo. É o caminho da resistência ativa, da acumulação de forças!

A plataforma básica do sindicalismo classista para enfrentar esta conjuntura de dificuldades, dando combate enérgico ao patronato e à política neoliberal, demarcando terreno com a conciliação de classes, é a participação ampla e organizada nos grandes embates postos pela conjuntura. Neste rumo, o ano de 1993 pode ser bastante promissor.

As grandes bandeiras que simbolizam as lutas de resistência dos trabalhadores devem estar em primeiro plano na vida sindical. Enfrentar o arrocho, o desemprego, combater as privatizações e o desmonte do serviço público, radicalizar a luta contra o chamado projeto neoliberal.

Entrelaçado com isso, os trabalhadores devem ter uma intervenção enérgica nas lutas políticas, como o plebiscito de abril e a reforma constitucional. Defender o parlamentarismo democrático ajustado à realidade brasileira e não copiado do modelo alemão, como se pretende, defender a manutenção e aperfeiçoamento do voto proporcional, defender a ampla liberdade de organização partidária e acesso dos partidos ao rádio e TV.

Além disso, devem lutar para impedir a chamada "flexibilização" (leia-se destruição) dos direitos sociais garantidos na Constituição, contribuir para uma renovação democrática da legislação trabalhista em nosso país, ampliar o acesso da população marginalizada aos direitos sociais básicos.

Esta luta devem se desenvolver concomitantemente ao aprofundamento da organização e fortalecimento dos sindicatos, principalmente nos locais de trabalho, a elevação do nível político dos trabalhadores e ao desenvolvimento da consciência socialista. Esta, em última análise, é o verdadeiro antídoto contra os vícios arraigados do sindicalismo brasileiro (corporativismo, economicismo, cupulismo, despolitização, etc)

É a ação combativa de massas, politizadas, conscientes, organizadas a partir dos locais de trabalho, que poderá elevar a um novo patamar a ação sindical e criar melhores condições para diminuir o espaço das idéias de conciliação de classes que hoje hegemonizam o sindicalismo no Brasil.

* Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo, dirigente da CUT estadual e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista

Conjuntura desfavorável coloca novos desafios

Carlucio Castanha *

A conjuntura, que foi favorável a eclosão e avanço das lutas dos trabalhadores nos anos 80, hoje mudou e está profundamente desfavorável. Os trabalhadores foram atingidos - desde suas lideranças até a base — pelo clima de descrença gerado pelas derrotas do movimento socialista mundial no final da década passada. A queda dos regimes burocráticos da URSS e do Leste Europeu é um fator negativo - do ponto de vista imediato — que não pode ser subestimado.

Ao lado do refluxo do movimento socialista, a burguesia implementa o seu projeto neoliberal. Este introduz alterações estruturais profundas em todos os setores produtivos, que têm reflexos diretos na organização e combatividade da classe trabalhadora. Basta pensar nos efeitos devastadores que são provocados pela recessão, desemprego, terceirização, introdução de novas tecnologias e de novas formas de gerenciamento (CCQ, Qualidade Total, etc.).

À estas mudanças introduzidas pela burguesia, o movimento sindical não tem sabido dar respostas. Nossas lutas estão se isolando cada vez mais. Já não empolgam a sociedade como na década passada. O seu caráter corporativo é hoje muito mais forte. Não articulamos as reivindicações imediatas com os objetivos políticos mais gerais de todo o povo e nem mesmo da classe.

Exemplo disso é a dificuldade que os nossos sindicatos tiveram de articular a defesa dos interesses diretos dos trabalhadores, enquanto classe, com a grande batalha do "Fora Collor". O combate ao projeto neoliberal de Collor - essencial para a classe trabalhadora - foi secundarizado, deixando prevalecer o aspecto moral da "ética na política". O movimento não teve a capacidade de vincular o "Fora Collor" com o "Fora projeto neoliberal".

Além desse isolamento e rebaixamento das lutas, o movimento dos trabalhadores vive um crescente e rápido processo de burocratização das nossas direções sindicais. A idéia da "democracia operária", uma das bandeiras da criação da CUT, anda esquecida. O processo de burocratização, verticalização e distanciamento da democracia e da base pode ser exemplificado na maneira como é preparada, organizada e dirigida uma greve. A potência de watts do carro de som nas portas das fábricas substitui, na maioria das vezes, a impotência da organização autônoma dos trabalhadores no seu local de trabalho.

Ressurge o vício de substituir a ação direta dos trabalhadores pela ação das direções sindicais. Hoje, a velha frase "traga seu problema que o sindicato resolve" está se tornando cada vez mais prática comum mesmo no sindicalismo cutista. Isto é um fator de destruição da organização por local de trabalho e fator de estancamento quase por completo da fonte que deveria gerar novos agentes multiplicadores do movimento.

CUT deve se diferenciar da Força Sindical, que defende o tal "capitalismo moderno"

A CUT precisa reafirmar seu projeto de classe. O papel de negociadora dentro do sistema capitalista neoliberal cabe à Força Sindical. Essa central tem se colocado como a alternativa sindical para negociar a "modernidade". À crise ideológica geral do pós-queda do Muro de Berlim, a Força Sindical responde defendendo o "capitalismo moderno". O "moderno" da política neoliberal de retomada do crescimento com a ilusão da distribuição de renda.

Na política, esta central pratica um pragmatismo desavergonhado, cujo único princípio é o combate ideológico às forças políticas de esquerda. Basta pensar no apoio até o fim ao Collor e depois a Maluf. Junto com esta política anti-operária, ela desenvolve uma prática sindical cada vez mais antidemocrática, truculenta e em franca colaboração com a repressão patronal.

A CUT precisa reafirmar seus princípios e restabelecer uma prática totalmente avessa à Força Sindical, sob pena dos trabalhadores, a médio prazo, não distinguirem as diferenças. O rumo básico da CUT é diametralmente oposto à central de Medeiros: é o da resistência ao sistema capitalista, negando qualquer conciliação e praticando uma radical democracia operária.

Outros desafios se apresentam como imprescindíveis para alterar o quadro de impasse do movimento sindical em 93 e no período seguinte:

1- Romper o caráter corporativo da ação sindical. Precisamos saber articular os interesses imediatos com a luta política mais geral. Em 93 vamos ter grandes discussões políticas globais, como a reforma constitucional e o plebiscito sobre a forma de governo. Precisamos associar a política global à cobrança ao Itamar e ao Barelli de que o governo pague a fatura dos 84,32% que o Collor roubou dos salários. Como ligar o reajuste mensal, de acordo com a inflação, a reforma agrária e outras reivindicações com as lutas imediatas? E como encaixar isso na discussão constitucional e de formas de governo?

Para romper o corporativismo é necessário abrir nossa ação com o associado e os trabalhadores em geral para a globalidade dos interesses e preocupações que lhes ocupam no dia-a-dia, tais como: educação dos filhos, saúde, transporte, moradia, lazer. O sindicato deve se credenciar para ser um espaço do trabalhador na luta pelo exercício pleno da cidadania. Isso sem gerar ilusões de que o capitalismo reformado pode resolver estes problemas.

2- Qualificar nossa ação corporativa. Vimos que temos que combinar as duas coisas. Mas antes disso, é necessário qualificar a nossa ação corporativa. Pouquíssimos dirigentes sin-

dicais deste país conhecem com profundidade o perfil de suas respectivas categorias (quais os grupos empresariais que a compõe, qual sua relação com o capital internacional, qual a cadeia produtiva, qual a política industrial do seu setor, etc.).

A maioria dos nossos dirigentes sindicais não conhece essa realidade e muito menos, em sua ação sindical, contrói com suas bases este conhecimento. Assim não pensamos em ações mais articuladas, com melhores condições de responder aos golpes que a burguesia nos impõe na estruturação do seu projeto neoliberal. Sem essa qualificação da nossa ação, corremos o risco de substituir a CLT pelo Contrato Coletivo sem responder a fatos novos, como o aumento desenfreado do ritmo de trabalho. Precisamos contemplar, por exemplo, a redução da jornada de trabalho como contrapartida a qualquer aumento de produtividade.

3- Profunda alteração na prática e estrutura dos sindicatos. É o desafio de inverter o atual processo de burocratização e esquecimento da democracia, pelo exercício pleno da democracia operária. E isso não por uma questão moral ou ética. Mas porque uma retomada do ascenso da década de 80 só será possível se os trabalhadores criarem mecanismos de participação efetiva na direção e nos rumos de seus sindicatos e da sua central.

4- Exigir do governo imediatamente. O governo Itamar é a continuidade de Collor. Não é nenhuma solução para nós. Nossa oposição a este governo é a mesma que ao governo Collor e seu projeto neoliberal. Em 93, dentro do bojo das discussões institucionais, os trabalhadores têm contas a cobrar. E isso a CUT só pode garantir com seu método específico: massas nas ruas.

Os trabalhadores não podem cair no canto da sereia do "agora está tudo novo". Precisamos cobrar, antes de mais nada, os 84,32%, os 10 milhões de desempregos provocados pela política neoliberal, reajuste mensal dos salários, salário mínimo do Dieese. Estas são reivindicações de emergência para 93. A palavra greve geral ainda não saiu de moda. Sem luta, sem massa na rua, é ilusão discutir formas de governo ou reforma constitucional à frio.

* Dirigente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e membro da tendência CUT pela Base

Oposição a Itamar e luta contra o neoliberalismo

José Maria de Almeida *

As mobilizações de rua que derrubaram Collor de Mello tiveram um profundo significado para a luta de classes no Brasil. Pela primeira vez na nossa história, as massas mobilizadas — juventude à frente — derrubaram um governo "legitimamente" eleito pelo voto. Estes acontecimentos permitem tirar algumas conclusões:

Primeiro, e que é óbvio, é que existia (e existe ainda) um profundo descontentamento das massas com sua condição de vida. E segundo, de que era possível (ao contrário do que muitos sustentavam dentro da nossa central) aproveitar a crise política existente para canalizar o descontentamento do povo num processo de luta e mobilização capaz de impor derrotas importantíssimas à burguesia. É importante remarcar esse aspecto, pois todos pudemos assistir à luta política que foi necessária para que as direções majoritárias da CUT e do PT assumissem a luta pelo Fora Collor (o que só acabou acontecendo por imposição das massas que começaram a tomar as ruas).

Novo governo deve gerar frustrações e a retomada dos protestos rapidamente

No entanto, não podemos deixar também de extrair desses episódios uma outra conclusão muito importante. A saída que se impôs à situação a partir da queda do presidente não foi favorável aos trabalhadores. Saiu Collor e assumiu Itamar Franco com o apoio do Congresso, do grosso da burguesia e de praticamente todos os partidos políticos. E Itamar assume e governa mantendo a essência do projeto neoliberal concebido e defendido antes por Collor de Mello.

O governo Itamar mantém a essência da política salarial anterior, mantém a recessão, mantém os acordos (e o pagamento) da dívida externa, as privatizações das estatais, etc. E utiliza, de maneira hábil, a idéia de que "todos que tiveram responsabilidade na derrubada de Collor, têm responsabilidade em apoiar o governo". Com isso tem atraído o apoio político dos mais diferentes setores. Até mesmo as direções do PT, PCdoB e da CUT têm enveredado por esse caminho e, quando não apoiam explicitamente esse governo, pelo menos tentam garantir-lhe, na prática, uma trégua.

O problema é que o governo Itamar não tem intenção nem condição política de resolver os problemas estruturais (ou mesmo imediatos) do país, e que tem levado à um aprofundamento sem igual da crise social no Brasil. Essa situação de miséria absoluta a que é atirada uma parcela cada vez maior da população, a continuidade do arrocho, da recessão, a falta de perspectiva para a juventude, vai contribuindo para o acúmulo de contradições e tensões sociais imensas. Nesse sentido, os "arrastões" no Rio de Janeiro são apenas a ponta de um iceberg que ainda está encoberto.

Dessa forma, o governo que surge das imensas mobilizações de rua que derrubaram o governo anterior deve decepcionar e frustrar rapidamente (no período de poucos meses) o povo que esperava melhorias nas suas condições de vida. Toda agenda política estabelecida para esse próximo período - plebiscito sobre sistema de governo, revisão constitucional, etc - não trará solução à esses problemas candentes vividos pelos trabalhadores.

Esse quadro indica claramente a tendência à retomada da luta e novas ondas de grandes mobilizações da classe trabalhadora e da juventude, que, apesar do medo trazido pela recessão e pelo desemprego, se vê obrigada a ir à luta para garantir a sua sobrevivência.

No início do governo Itamar, a direção da central tomou decisões que a levaram à apresentação de uma pauta de reivindicação e ao início de um processo de negociação sem definir uma postura clara frente à ele - governo. Com o argumento de que "a CUT é independente e não tem que se posicionar frente ao governo", se escamoteou uma postura vacilante que na prática levou a central às raíças do apoio a Itamar, pela omissão.

**Mudar radicalmente a atual
postura da CUT, que só
desarma os trabalhadores**

A gravidade desse problema está em que é a mesma matriz do comportamento que levou a direção majoritária da central a resistir até o último momento a assumir a luta pelo "Fora Collor". E quando assumiu o fez de forma completamente diluída dentro da "mobilização da sociedade civil", impedindo que os trabalhadores atuassem aí com perfil próprio e pudessem utilizar seu peso social não só para tirar Collor, mas também para construir uma alternativa classista para a crise.

A continuidade dessa política, de "pacto implícito" com o governo Itamar, desarma completamente a central para o enfrentamento do quadro que está colocado no início deste texto. Não permite que a ela atue desde já na preparação dessas novas ondas de lutas que estão por vir e muito menos que se utilize todo o potencial dessas lutas não apenas para atingir seus objetivos imediatos, mas também para ir construindo uma saída mais estratégica desde o ponto de vista da nossa classe.

É preciso mudar radicalmente essa política, pois cabe à CUT nesse ano de 93 capitanear a luta de toda a nossa classe contra a política neoliberal e consequentemente contra o governo Itamar, que a aplica. Capitanear significa desde já ir construindo as bases de um amplo processo de mobilização, partindo da denúncia da política do governo, da exigência de sua

imediata revogação e pela discussão em todo país de uma plataforma alternativa dos trabalhadores que aponte uma saída para a crise.

Essa plataforma deve partir da resposta aos problemas mais concretos e imediatos da nossa classe, como reajuste mensal de salário, garantia de emprego, etc., mas deve avançar até propostas que apontem para soluções mais estruturais, como a questão da Reforma Agrária e Não Pagamento da Dívida Externa. Combinando com as demandas e mobilizações concretas das várias categorias, tendo como estratégia bem definida a defesa dessa plataforma alternativa, é necessário discutir um calendário concreto que vá construindo um processo de luta e mobilização mais geral.

Paralelamente a isso, mas de forma combinada, pois a CUT deve apresentar propostas concretas em sua plataforma, deveremos enfrentar todo processo de plebiscito sobre forma de governo e a revisão constitucional. No sentido de apresentar uma proposta à sociedade que aponte, de fato, para uma saída da crise, desde o ponto de vista da nossa classe, a CUT deve encarar a discussão sobre que propostas apresentam para a questão de governo do país.

É insuficiente levantar simplesmente uma plataforma de propostas sem apontar de maneira clara para todos os trabalhadores de que só um governo seu, um governo da classe trabalhadora, poderá adotar essa plataforma de maneira completa. No transcurso da luta em defesa dessa plataforma e a partir da resistência do governo e dos patrões em adotá-la, e a partir dessa discussão ampla que a CUT deve abrir junto a toda a sociedade, cada vez mais a nossa classe entenderá esse problema e estará avançando enormemente na sua consciência.

É preciso, por último (como esse texto aborda a discussão da política para todo um período), que se comece a trabalhar a questão Greve Geral. Esta pode estar colocada, e deve ser colocada por nós, como uma forma de unificação dos processos de lutas que venham a existir, potencializando-os no enfrentamento com o governo e patrões na defesa da nossa plataforma.

* Presidente da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, membro da executiva nacional da CUT e integrante da tendência Convergência Socialista



A grande mobilização popular, que garantiu o impeachment, arranhou o projeto neoliberal

Queda de Collor dificulta tramitação dos projetos neoliberais no Congresso

Antônio Carlos Queiroz *

Um dos mais importantes efeitos do processo de impeachment do presidente Fernando Collor foi a paralisação temporária de seu programa neoliberal. No Congresso Nacional, a tramitação a toque de caixa de alguns projetos de leis "modernizantes" entrou em compasso de espera. Isto não significa, no entanto, que tenham sido enterrados. O movimento sindical precisa ficar atento às votações, que têm grande significado para os trabalhadores.

O adiamento da votação destes projetos se deve ao fato de que a desarticulação do governo Collor significou também a desarticulação, pelo menos momentaneamente, das forças que tinham interesse na rápida aprovação das medidas que aprofundassem a internacionalização da economia brasileira.

Um exemplo disso é o Projeto de Lei nº 824/91, que substitui o Código de Propriedade Industrial (Lei das Patentes). O governo Collor estava coeso em torno desse projeto e contava com maciço apoio da Câmara dos Deputados, inclusive do então presidente da comissão que analisava a matéria, o deputado Alberto Gold-

man (PMDB/SP), atual Ministro dos Transportes.

Hoje, o projeto enfrenta forte oposição na Câmara e o governo Itamar não tem posição unânime quanto à sua aprovação. O ministro Goldman continua favorável, mas o ministro da Saúde, Jamil Haddad, é frontalmente contrário. Afinal, um dos efeitos imediatos da aprovação da nova Lei das Patentes, nos termos em que o projeto está formulado, seria a quadruplicação do preço dos remédios.

**Os pontos fundamentais do
"projeto de reconstrução
nacional" do ex-presidente**

Os pontos essenciais do projeto de modernização da Era Collor foram apresentados ao país de maneira sistemática, no início de 1991, através do chamado "Projeto de Reconstrução Nacional", também conhecido como "Emendão". O documento propunha uma mini-reforma constitucional para alterar os dispositivos que considerava "nacionalistas e estatizantes". Tratava-se, dizia, de "descriminalizar" o capital estrangeiro. Entre outras, Collor fazia as seguintes propostas:

1- Reforma do Estado, cujos objetivos eram aumentar a arrecadação fiscal e reduzir os gastos públicos. Tal redução se faria de duas maneiras: com uma profunda reforma administrativa, baseada na redução das despesas com pessoal (realocação dos servidores nas atividades-fim e "rediscussão" da questão da estabilidade e da vinculação dos proventos da aposentadoria com a remuneração do pessoal da ativa); e com o programa de desestatização e de privatização de serviços prestados pelo Estado.

2- Reestruturação da competitividade da economia, através da definição "de uma postura mais construtiva frente ao capital estrangeiro", da modernização das relações entre o capital e o trabalho no país, de uma política de incentivo às exportações, da "desregulamentação" nas áreas de energia, transporte e comunicações, para possibilitar a participação da iniciativa privada, etc.

3- Nova política de ciência e tecnologia, com a abertura de crédito para as empresas de

alta tecnologia, a instituição de mecanismos para facilitar a importação de tecnologia, etc.

4- Reestruturação do Sistema Financeiro de Habitação, para atender aos "segmentos menos favorecidos", deixando ao setor privado a atuação livre nos demais setores do mercado imobiliário. Prevvia-se também o resgate progressivo de subsídios concedidos aos mutuários do SFH.

5- Novo tratamento ao capital estrangeiro. Quanto à dívida externa, cumprimento de todos os compromissos firmados com os credores internacionais, visando o refinanciamento parcial do serviço da dívida. Quanto aos investimentos estrangeiros, a proposta básica era a revisão dos artigos 170, IX (que define o tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte e 171 (que define o que são as empresas brasileiras de capital nacional, prevendo proteção e benefícios a elas por parte do Poder Público). A proposta previa ainda a revisão do artigo 177 da Constituição, que trata dos monopólios da União.

6) Mudanças na educação, incluindo o fim da "gratuidade indiscriminada do ensino público de graduação e da dimensão da oferta de vagas pelo governo federal".

7- Mudanças nas relações entre capital e trabalho, com o fim da tutela do Estado, a revogação do instituto da unicidade sindical e a extinção da contribuição sindical, além da negociação coletiva de trabalho, em substituição à Convenção Coletiva de Trabalho da CLT.

8- Questão Agrária. Ênfase na distribuição de terras públicas ociosas e nas particulares improdutivas que não estejam cumprindo a função social, conforme reza a Constituição. Com relação à política agrícola, redução dos subsídios para a agricultura e a reversão do "processo de cartelização".

9- Seguridade social. Propunha-se o fim da aposentadoria por tempo de serviço como saída para a crise da Previdência.

**Apesar da resistência, os
projetos colloridos ainda
estão em pauta no Congresso**

Em linhas gerais, o Emendão não passou de uma declaração de intenções. O aprofundamento da crise política impediu que Collor encami-

nhasse ao Congresso Nacional a maioria de suas propostas, cuja aprovação, por serem emendas à Constituição, dependeria de quórum qualificado (três quintos dos deputados e senadores, em dois turnos de votação).

Algumas de suas medidas, no entanto, somadas a outras com o mesmo propósito supostamente "modernizador", foram remetidas ao Congresso e tiveram tramitação rápida. Os projetos referentes ao funcionamento dos portos, à prioridade industrial e à revisão da Lei Orgânica dos Partidos são exemplos disso.

No caso do projeto relativo aos portos, cujos objetivos centrais são a privatização dos serviços portuários e o enfraquecimento dos sindicatos dos estivadores e doqueiros, este sofreu intensa pressão por parte dos lobbies dos grandes empresários interessados em ampliar as exportações de seus produtos. Esses empresários chegaram a montar uma campanha na mídia, com a destacada participação da revista *Veja*, para convencer os parlamentares de que os elevados custos operacionais dos portos brasileiros são provocados pelos trabalhadores portuários, acusados de receberem salários exagerados, serem "ineficientes" e até "mafiosos".

Esconderam, no entanto, o fato de que tais custos são na verdade provocados pelo próprio governo federal, que nos últimos anos praticamente deixou de investir nos portos, numa política deliberada de sucatear para privatizar.

A forte pressão do empresariado teve ressonância no governo Itamar, com vários de seus representantes, como o líder do Senado, Pedro Simon, defendendo a aprovação acelerada do projeto — o que ocorreu no final de janeiro.

Esta postura dúbia do novo governo, que nega seu próprio discurso nacionalista, gerou forte protesto dos partidos de esquerda que participaram da mobilização pelo impeachment. Mais do que isso: alavancou uma poderosa greve geral nacional dos trabalhadores dos portos, que demonstraram sua independência e combatividade diante do governo Itamar — que sofreu o seu primeiro grave arranhão.

O Congresso recebeu também forte pressão dos lobbistas para aprovar o projeto da nova Lei das Patentes. Segundo algumas denúncias, entre esses lobbistas incluíam-se até mesmo funcionários da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. A aprovação dessa lei é do interesse do Departamento de Comércio do governo americano, já que facilitaria o acesso das indús-

trias farmacêuticas e da química fina daquele país aos vastos recursos naturais, especialmente à flora do Brasil.

Contra o projeto mobilizaram-se cientistas, empresários dos laboratórios nacionais de química fina e farmácia, entidades como a CNBB (preocupadas com a possibilidade do patenteamento das formas de vida), sindicatos e associações de trabalhadores rurais (que poderiam ser obrigados a pagar royalties a firmas estrangeiras sobre mudas e sementes) e até mesmo setores do empresariado ruralista. Apesar de contar com grande apoio no Congresso, o ex-presidente Fernando Collor não conseguiu a aprovação do projeto e essa base de apoio desarticulou-se durante o processo do impeachment.

O projeto da Lei Orgânica dos Partidos, embora não tenha relação direta com as medidas econômicas da modernização collorista, faz parte do mesmo pacote de intenções. A justificativa dessa lei é de que a crise brasileira tem a ver com um suposto excesso de siglas partidárias que inviabilizariam a governabilidade do país. Aliada à proposta do voto distrital misto, esta lei tem como meta reduzir o número de partidos para três ou quatro, num claro atentado à letra e ao espírito da Constituição, que garante a livre organização partidária. O projeto, já aprovado pela Câmara, está tramitando no Senado.

Forças que lutaram pelo impeachment definem postura diante do governo Itamar

O presidente Itamar Franco assumiu o governo num momento especialmente complicado do ponto de vista político e econômico. Que medidas devem ser tomadas para tirar o país da recessão e minorar a situação de vastos setores da população, que passam fome justamente no ano em que vai se realizar o plebiscito para a escolha do sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e a revisão da Constituição de 1988? Com que forças políticas o presidente Itamar vai poder contar durante os seus dois anos de administração?

A maioria das forças que participaram mais ativamente do processo de impeachment decla-

raram-se também responsáveis pela garantia da governabilidade. Mas o que significa isso? Aprovar tudo o que Itamar propõe? Esta questão foi explicitada nos dias anteriores à reunião que o presidente fez com os presidentes de 19 partidos com representação no Congresso Nacional, para discutir o "pacto" ou "condomínio da governabilidade".

Itamar disse que não buscava a unanimidade mas apenas um apoio congressual sólido, "sem barganhas". As lideranças do governo tanto na Câmara como no Senado deixaram claro que não exigiam a aprovação de todos os projetos incluídos na pauta da convocação extraordinária, mas somente, do projeto do ajuste fiscal, em si já suficientemente polêmico, com oposição aberta de deputados como o líder do PSDB, José Serra, e de setores do PDS e do PFL.

O governo argumentou que o ajuste fiscal é imprescindível para garantir os recursos ao seu programa de reaquecimento econômico, em setores como a indústria automobilística, energia elétrica, habitações populares e recuperação da malha rodoviária. Ao final do encontro com os presidentes dos partidos, realizado dia 8 de janeiro, Itamar conseguiu o apoio para a aprovação do ajuste fiscal, a despeito das críticas a alguns de seus pontos importantes.

O Partido Comunista do Brasil, por exemplo, ao lado de elogiar a criação do imposto sobre ativos, para diminuir a sonegação, a simplificação na forma de distribuição da arrecadação da União para os Estados e Municípios e a quebra do sigilo bancário, chamou atenção para alguns pontos negativos da proposta, entre os quais os seguintes: a progressividade do IPTU apenas para terrenos não edificadas (o que beneficia somente os grandes proprietários urbanos); criação da contribuição sobre o valor adicionado para financiar a Previdência (embora melhor que o Finsocial, é mais um tributo injusto a ser pago pelo consumidor); extensão dos institutos da falência e da concordata para as empresas estatais (repetição da proposta do governo Collor que serve para pôr em risco o patrimônio público). O Partido Comunista do Brasil também criticou a criação do imposto sobre movimentação financeira (tributo que onera fortemente os assalariados).

O PCdoB afirmou ainda que a proposta é omissa quanto aos encargos da dívida pública e aos incentivos fiscais e, além do mais, não prevê medidas para melhorar o funcionamento da Receita Federal. O apoio do PCdoB ao ajuste fiscal, no entanto, não se estendeu ao projeto que modifica o regime dos portos, uma matéria que também sofreu forte oposição de lideranças como o senador Mário Covas (PSDB/SP) e o deputado Gastone Righi (PTB/SP). Em outras palavras: a base parlamentar de Itamar Franco ainda deverá ser construída, num ano, repita-se, particularmente complicado.

Conservadores atacarão as conquistas sociais na revisão constitucional

A revisão da Constituição será um dos focos de maior tensão. A polêmica preliminar já foi estabelecida: a revisão deve ser ampla ou restrita? Os setores conservadores e o grande capital querem a revisão ampla, para que possam jogar por terra as conquistas sociais que consideram excessivas e os dispositivos que consideram "nacionalistas e estatizantes", tais como foram chamados por Collor.

Na Fiesp, já se delineiam duas correntes em torno do papel do Estado na economia e há informações de que os empresários estão montando escritórios para fazer lobby em Brasília. De fonte segura, sabe-se que a Confederação Nacional da Indústria contratou como lobbista o jornalista Carlos Monforte (que era da Rede Globo) por um milionário salário em dólares.

Os setores progressistas, por sua vez, insistem em que a revisão deve ficar restrita às possíveis mudanças no sistema de governo. Se o parlamentarismo for adotado, por exemplo, será preciso criar a figura do primeiro ministro, agrupar os ministérios militares no Ministério da Defesa, etc. Diante desse quadro, o movimento sindical tem a obrigação de se mexer, quanto mais rapidamente melhor. A briga promete ser das mais acirradas.

* Assessor de imprensa no Congresso Nacional, em Brasília. Colaboraram: Marilda Soares e Lécio Moraes



A degradação do trabalho numa empreiteira de São Paulo

Efeitos da terceirização no mercado de trabalho e no movimento sindical

Oswaldo Bertolino *

No artigo a seguir, o dirigente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo aborda um problema que está se generalizando no mercado de trabalho — a terceirização. Os seus efeitos já são sentidos nesta importante categoria da área de transportes. Além do impacto sobre as condições de vida dos trabalhadores, a terceirização coloca em risco a própria existência dos sindicatos. O artigo é uma primeira contribuição para o entendimento deste fenômeno.

Um tema ainda pouco abordado pelo movimento sindical, a terceirização é tida nos meios empresariais como o caminho da administração científica. Teria como objetivo a eficiência das empresas, reduzindo custos e, por consequência, garantindo melhores condições para a conquista do mercado — na esteira do discurso de modernização e competitividade implantado no país pela administração Collor.

Agregados aos métodos de implantação da terceirização, estão as técnicas de desenvolvimento gerencial na organização do trabalho e o convencimento maroto dos trabalhadores. A apresentação do projeto ECO, pelo Metrô de São Paulo, pode ser um indicativo dessa constatação. Diante da perspectiva de que essa técnica vai comandar as atividades empresariais, ao menos nos próximos anos, vale a pena se debater sobre o assunto.

As primeiras experiências de uso dessa técnica ocorreram nos EUA por volta dos anos 40, quando esse país se viu obrigado a aumentar a sua produtividade a qualquer custo, em função de seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a terceirização começou a ser aplicada com a vinda das primeiras empresas multinacionais, destacadamente as automobilísticas.

Com o agravamento da crise, durante a década de 80, o ritmo de sua implantação foi acelerado. Hoje, nas empresas em que o processo está mais avançado, a terceirização já atinge áreas altamente especializadas, tais como: serviço de manutenção, montagem de componentes e controle de qualidade.

Diluição das categorias dá maior poder às empresas e enfraquece os sindicatos

Essa técnica administrativa, portanto, obedece um plano estratégico das classes dominantes diante da crise econômica que vem castigando duramente o país há quase dez anos. Em tese, tal plano encontraria maior resistência nos sindicatos. Tanto é assim que o primeiro mandamento dos manuais de terceirização trata das vantagens que essa técnica traz para as empresas no enfrentamento com os sindicatos. E alerta para os cuidados com a deteriorização no

relacionamento sindical. Razões para esses alertas não faltam.

A principal característica da terceirização é que ela permite às empresas contratantes se livrarem dos encargos sociais e legais e de repassar as conquistas dos acordos coletivos para os funcionários das empresas contratadas. As pequenas categorias, que se formam dentro da empresa, não têm o mesmo poder de conquista dos trabalhadores de uma grande categoria. Assim, a principal vantagem da aplicação dessa técnica para as empresas diz respeito à fragmentação da ação sindical, quebrando a sua mais poderosa arma que é a unidade — e desmobilizando os trabalhadores em qualquer forma de luta.

Outro aspecto amplamente favorável aos patrões refere-se à possibilidade de se exercer maior controle sobre o trabalhador, uma vez que a supervisão passa a ser descentralizada. Os trabalhadores da pequena empresa contratada ficam sob a responsabilidade de seus patrões imediatos. De outro lado, a empresa contratante reduz o seu quadro de pessoal, possibilitando um maior controle de sua supervisão sobre o quadro de pessoal. O resultado se dá na exploração máxima da mão-de-obra, garantindo o aumento da produção e, conseqüentemente, do lucro. De passagem, atinge a espinha dorsal da mobilização dos trabalhadores.

Para a implantação da terceirização, é óbvio, tem de haver demissão. Nesse aspecto, também o patronato tem investido para amenizar as conseqüências. Uma das práticas que as empresas têm utilizado é a de desenvolver programas de "conscientização" procurando sensibilizar os funcionários sobre sua implantação. Ou seja, o uso da técnica do caçador de coelhos: oferece uma cenoura e se aproxima da vítima com um porrete escondido.

Outra prática que busca seduzir os trabalhadores é a de aplicar treinamentos para todo o quadro de funcionários com a proposta de formar pequenos empresários e, posteriormente, contratar suas empresas como prestadoras de serviços. Claro está que existe campo aberto somente para os que colaborarem com a implantação da técnica (os mais "empreendedores", na linguagem empresarial), os únicos que poderão prosperar na sua nova atividade.

A legislação trabalhista constitui outro obstáculo aos intentos dos administradores "modernos". Tanto que os especialistas da área

trabalhista recomendam aos empresários muito cuidado com a repercussão na área sindical. O enunciado 256, do Tribunal Superior do Trabalho, diz que "é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta (a contratada)" e determina "o vínculo empregatício diretamente com o contratante".

**Administradores "modernos"
realizam várias manobras
para burlar a legislação**

Contudo, o emaranhado de leis (Código Civil, CLT, decretos-lei, jurisprudências, Constituição, etc) impossibilita uma afirmação categórica da ilegalidade dessa prática. A jurisprudência pela qual os defensores das empresas se apegam com mais afinco, até agora, tem se definido pelo resultado das fiscalizações dos órgãos públicos, principalmente no que tange às finalidades das empresas contratante e contratada. Em caso de coincidências, configura-se legalmente a exploração de mão-de-obra. Em função disso, as empresas vêm tomando muito cuidado no avanço da terceirização, das atividades meios (de apoio) para outras atividades.

Tal é o caso da Autolatina, uma das 20 empresas que mais terceirizam no Brasil. Esta multinacional, desde meados de 1991, não contrata nenhuma empresa prestadora de serviço sem antes consultar o Sindicato dos Metalúrgicos. Desde então, a Autolatina terceirizou dez atividades, entre elas a produção de encosto de bancos, a cromação de peças e a forração de portas.

**A controvertida posição do
Sindicato dos Metalúrgicos
de São Bernardo do Campo**

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, realizou um seminário sobre o tema, nos dias 23, 24 e 25 de outubro, onde foi analisado o processo naquela indústria e formuladas algumas propostas. A conclusão dos metalúrgicos, cuja direção do sindicato se encontra nas mãos da tendência

cutista **Articulação**, é a de que "a terceirização faz parte do acelerado processo de reestruturação industrial", de acordo com um documento produzido pela entidade sindical.

O documento diz que o processo também foi analisado levando-se em conta "suas características no cenário internacional". O aspecto apontado na resolução do seminário, sobre o cenário internacional, identifica a abertura indiscriminada do mercado brasileiro e a implementação de acordos, como o que envolve a formação do Mercosul. Ele não especifica a origem econômica que impulsiona esses fatores, causa fundamental da implantação acelerada dessa técnica administrativa.

Não cabe aqui uma análise profunda dos aspectos estruturais da crise econômica vivida no mundo. Mas é impossível deixar de ressaltar que essa crise é determinante na formação desses fatores. Cabe, igualmente, questionar se é correto somente se incorporar ao processo para não ser atropelado pelos fatos — é importante acompanhar o processo por dentro —, ao invés de também enfrentar o problema de um outro ângulo: uma contestação veemente do resultado que ele propicia.

Não é isso, pelo menos, o que aponta o documento. Enquanto não se menciona nenhuma resolução prática nesses sentidos, em que pese as denúncias dos prejuízos que o processo acarreta aos trabalhadores, o documento fala que o "sindicato tem buscado negociar e contratar (?) os processos de terceirização, discutindo-os, em busca de efetiva modernização industrial e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores". Uma outra proposta diz que o sindicato vai "mapear em cada empresa as áreas de possível terceirização, as que já estão terceirizadas e aquelas onde a terceirização é inaceitável".

O tema é polêmico. Portanto, impossível de ser esgotado neste artigo. Entretanto, a realidade reclama uma abordagem mais arrojada do assunto pelo movimento sindical. O processo está sendo implantado numa velocidade a jato e se não for tratado, levando-se isso em conta, poderemos chegar numa única conclusão: tudo será muito mais difícil, pois até os próprios trabalhadores já terão comprado gato por lebre.

* Diretor de
Imprensa do
Sindicato
dos
Metroviários
de São Paulo

A proposta de lei das patentes dos neoliberais: modernidade ou submissão?

Luís Antônio Paulino *

Tão logo tomou posse, em março de 1990, o então presidente Fernando Collor apressou-se em anunciar, entre as principais medidas para "normalizar" as relações econômicas do Brasil com o mundo capitalista desenvolvido, o envio ao Congresso de uma nova legislação sobre marcas e patentes. Mas qual o objetivo deste projeto, que reformula o nosso código de propriedade industrial, para o futuro da nação brasileira?

Segundo o ex-presidente, a adoção de uma legislação mais abrangente de proteção à propriedade intelectual (através de uma nova Lei de Patentes), associada a uma maior abertura da economia brasileira ao exterior (reduzindo tarifas e eliminando os controles administrativos das importações), permitiria a reintegração do Brasil à nova ordem econômica mundial emergente e a volta do país ao circuito dos investimentos externos, que ficaram cada vez mais raros ao longo dos últimos anos.

O anúncio público desta decisão, que havia sido previamente acertada entre Collor e o então presidente americano George Bush ainda

durante a campanha presidencial, foi recebida com enorme entusiasmo pelos países desenvolvidos, em especial pelas grandes corporações capitalistas transnacionais (particularmente na área de medicamentos).

Tão logo o governo brasileiro enviou ao Congresso o Projeto de Lei 824/91, propondo as alterações acertadas, o governo americano suspendeu as sobretaxas de 100% para as exportações de papel e eletrodomésticos brasileiros. A chefe do Departamento de Comércio dos EUA, Carla Hills, referindo-se ao fato, afirmou que "este é um sinal mais encorajador da ousa-

da política econômica do novo governo do Brasil".

Não era para menos que tal medida fosse recebida com tanto entusiasmo pelos países desenvolvidos. Afinal de contas, o Brasil, ao lado da Argentina e da Índia, era um dos poucos países do mundo que ainda resistia às pressões das grandes corporações capitalistas internacionais, não reconhecendo patentes na área de medicamentos, de química fina, de alimentos e biotecnologia.

O fato do Brasil, ao lado desses países, não reconhecer patentes nessas áreas, permitia que empresas nacionais produzissem, por exemplo, medicamentos semelhantes, a partir do desenvolvimento de fórmulas sintetizadas originalmente por essas empresas transnacionais. Isto sem o pagamento de royalties, o que resultava em perdas de vendas em potencial, somente para algumas companhias norte-americanas, na ordem de US\$ 17 bilhões ao ano.

Não é de admirar, portanto, o empenho dessas empresas, ao lado do próprio governo americano, para que o Brasil passe rapidamente a reconhecer patentes nessas áreas. Desta forma, o mercado brasileiro na área de alta tecnologia em geral e de medicamentos em particular, que já é dominado por essas empresas transnacionais (na ordem de 85%), seria, na prática, vetado ao produtor nacional e se tornaria cativo de um pequeno grupo de grandes oligopólios internacionais. Estaríamos assim instituindo uma verdadeira "reserva de mercado ao contrário".

Ao contrário do que querem fazer crer os defensores das mudanças exigidas pelo governo americano, o Brasil, ao não reconhecer patentes nessas áreas (medicamentos, química fina, alimentos e biotecnologia), não está descumprindo nenhum acordo internacional. Nem muito menos está agindo de forma desleal, "furtando conhecimento patentado no exterior", como afirmou o atual ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas.

O Brasil é um dos primeiros signatários da Convenção de Paris, realizada em 20 de março de 1883, que regula a questão da propriedade industrial. Tal convenção reconhece o direito de cada país excluir da patenteabilidade determinadas áreas do conhecimento que sejam estratégicas para seu desenvolvimento soberano. Foi com base nessa prerrogativa que a maioria dos países desenvolvidos só veio a reconhecer patentes em áreas de tecnologias de ponta após

ter adquirido domínio completo sobre aquele campo do conhecimento.

Países desenvolvidos só reconheceram as patentes em condições vantajosas

Os Estados Unidos, por exemplo, não reconhecem até hoje patentes sobre quaisquer descobertas relativas ao núcleo atômico. O Japão só veio a reconhecer patentes na área de medicamentos em 1976, quando a indústria farmacêutica japonesa dominava 80% do seu mercado interno e já era o segundo produtor mundial de medicamentos.

A Inglaterra adotou uma legislação ampla de patentes em 1907, mas quando percebeu que sua indústria química estava sendo sufocada pela indústria química alemã, suspendeu as patentes para produtos químico-farmacêuticos e alimentícios, em 1919. Somente voltou a reconhecer patentes nessas áreas trinta anos depois, em 1949, quando julgou que sua indústria estava preparada para enfrentar a concorrência internacional.

Na área de biotecnologia, a maioria dos países da Europa veio a reconhecer patentes somente nos anos 80, quando já dominavam amplamente essa nova tecnologia. Mesmo nos Estados Unidos, as primeiras patentes nessa área não têm mais de vinte anos e foram obtidas graças a decisão da Suprema Corte ameri-

Jailton garcia



O entreguismo arrasa o Brasil

cana, dado que nem a própria legislação previa o patenteamento de seres vivos.

Uma breve retrospectiva sobre a história da industrialização dos países hoje desenvolvidos, mostra que todos eles, sem exceção, na sua fase inicial de desenvolvimento, se utilizaram livremente dos conhecimentos então disponíveis. Para isto, lançaram mão de todos os meios possíveis para ter acesso aos novos conhecimentos, desde as práticas convencionais de "engenharia de reserva" até às formas menos convencionais, como espionagem industrial e corrupção — que não raramente foram e são utilizadas.

Por outro lado, a história também mostra que os países que saíam na frente no desenvolvimento industrial sempre procuraram dificultar a difusão desses novos conhecimentos, visando capturar ao máximo as vantagens que o monopólio de determinadas inovações tecnológicas lhes proporcionava. Na primeira revolução industrial, a Inglaterra chegou a instituir leis condenando à morte quem contrabandeasse segredos industriais para fora do país.

Se aprovada, a nova lei aumentará a submissão das empresas nacionais

Querer, portanto, reduzir o problema a uma mera questão moral, como fez de forma extremamente infeliz o atual ministro da Ciência e Tecnologia, demonstra no mínimo um total desconhecimento do processo histórico que resultou na atual divisão internacional do trabalho. É preciso que se tenha claro que as atuais diferenciações que existem entre os espaços econômicos mundiais são antes de mais nada diferenças de poder político. Àqueles a quem interessa tal estado de coisas, confiam muito mais para mantê-lo na "mão invisível do mercado" e muito menos em práticas "leais" de comércio internacional.

Um traço distintivo da época atual, entretanto, é que, dada a emergência de um novo paradigma tecnológico-econômico (onde os conhecimentos científicos e tecnológicos, muito mais que em qualquer época anterior, se tornaram o fator de maior peso relativo nos custos de produção das mercadorias), as práticas visando restringir sua livre difusão se tornaram

cada vez mais agressivas. Como afirmou o economista Dieter Ernst, pratica-se hoje um "neomercantilismo" em alta tecnologia. Ou seja: os países procuram criar todo tipo de barreiras para impedir que novos concorrentes tenham acesso a esses conhecimentos.

Isto está relacionado, de um lado, aos grandes investimentos no desenvolvimento de produtos que envolvem novos conhecimentos tecnológicos. Investe-se, não raro, centenas de milhões de dólares no desenvolvimento de um só produto. É evidente, portanto, que se queira restringir ao máximo o acesso de concorrentes à tecnologia desenvolvida, fazendo do seu monopólio uma fonte de superlucro. Por outro lado, as perspectivas de crescimento da economia mundial para a década de 90 não são nada animadoras. Para as grandes corporações que hoje dominam o mercado mundial não interessa a emergência de novos concorrentes para disputar um mercado cada vez mais minguado.

É nesse contexto que se deve procurar entender as pressões que o Brasil vem sofrendo, não só no sentido de reformular seu código de propriedade industrial, como também de abrir sua economia, reduzindo tarifas de importação e liquidando com qualquer tipo de reserva de mercado (como a da informática). Todas essas medidas visam no seu conjunto proteger os interesses das grandes corporações capitalistas transnacionais, garantindo-lhes um mercado cativo mundial.

Nesse sentido, é lícito afirmar que a nova legislação sobre patentes, atualmente em apreciação no Congresso, caso seja aprovada nos termos propostos pelo governo Collor, significará, ao invés de instrumento de modernização da economia brasileira, um instrumento para aumentar a submissão da economia nacional.

Mudanças no atual código de propriedade servem aos interesses estrangeiros

Nos marcos da nova ordem mundial procura-se preservar para os países desenvolvidos, atuais possuidores das tecnologias mais avançadas, um mercado cativo mundial. Já para os países em desenvolvimento, reserva-se a condição de meros consumidores (secundários) desses produtos derivados das novas tecnologias e



A derrota do projeto desnacionalizante depende da pressão organizada dos trabalhadores

de fornecedores de matérias-primas e produtos manufaturados de baixo valor agregado.

Para quem possa ter dúvidas sobre isto, basta olhar as principais mudanças que o projeto do governo introduz no atual código de propriedade industrial e verificar a que interesses realmente servem. Dentre as principais alterações previstas, podemos destacar as seguintes:

1 - Reconhecimento de patentes para produtos e processos farmacêuticos, alimentícios e biológicos. Um estudo do economista argentino Pablo Chalun, sobre os efeitos do reconhecimento de patentes na área de medicamentos na Itália, demonstrou que ocorreu um aumento real de 210% no preço dos remédios. Antes das patentes, os preços dos medicamentos neste país eram, em média, 54% inferiores aos observados nos Estados Unidos. Depois, tornaram-se 67% superiores aos do mercado americano.

Além dos efeitos imediatos sobre a economia popular e as condições de vida da população, uma vez que não reconhece patentes nessas áreas significa permitir que os remédios e alimentos cheguem a preços mais acessíveis ao consumidor, nunca é demais lembrar que tal medida resulta na prática em renunciar à possibilidade de um desenvolvimento autônomo do país nessas áreas.

Ao reconhecer patentes nessas áreas, da forma e nas condições que propõe o projeto do

governo, sem que o país tenha adquirido competência interna para produzir e desenvolver competitivamente tais produtos, renuncia-se na prática a percorrer o caminho que foi seguido pelos mesmos países desenvolvidos para adquirir essas tecnologias — que hoje eles negam aos países em desenvolvimento.

2 - Eliminação da obrigatoriedade de fabricação local do produto patenteado. De acordo com o código atual, a contrapartida exigida pelo Estado para conceder o privilégio da patente é exigir a fabricação local do produto. Trata-se de uma troca em que a sociedade concede o monopólio, mas exige que se tenha a oferta interna do bem patenteado e sobretudo que a sociedade se beneficie dos conhecimentos tecnológicos contidos numa patente.

As patentes seriam, portanto, em seu sentido original, uma forma de estimular que os inventores colocassem à disposição da sociedade seus inventos e novos conhecimentos a troco do monopólio de exploração daquele invento por um determinado período.

Pelo novo código, a simples importação do produto visando suprir o mercado interno pelo proprietário da patente já implica na sua exploração efetiva. De instrumento de divulgação de conhecimentos e estímulo ao desenvolvimento local, pelo novo código, a patente passa a ser simplesmente instrumento de domínio monopolístico de mercados. Cria-se assim uma "re-

serva de mercado às avessas" para as multinacionais detentoras de patentes.

Esta figura de "patente de importação" é um dos aspectos mais contraditórios da nova lei. Invoca-se a necessidade de atrair investimentos como justificativa para aprovar a nova lei. Contraditoriamente, porém, essa mesma lei traz em si um forte estímulo à desindustrialização, na medida em que desobriga os detentores de patentes à produzirem localmente os produtos patenteados.

3 - Aumento do prazo de validade das patentes de invenção de 15 para 20 anos e redução das exigências quanto à descrição circunstanciada do objeto ou processo a ser patenteado. Estas medidas seguem a mesma tendência restritiva já apontadas quanto à questão da difusão dos conhecimentos. Elas atendem às necessidades das grandes corporações tanto de obter o máximo retorno possível sobre o monopólio do conhecimento quanto ao seu "não interesse" em que esses conhecimentos possam cair no domínio público.

O projeto cristaliza a relação de atraso e de dependência do Brasil

Como se pode observar, portanto, não existe nenhum interesse para o Brasil em aprovar um novo código de propriedade industrial nas condições exigidas pelos EUA e pelas multinacionais e propostas pelo governo Collor. Seria permitir que se cristalizasse, no plano institucional, uma relação de atraso e dependência

que já se verifica, na prática, no cotidiano da vida dos países de capitalismo tardio em relação aos países desenvolvidos. Seria o equivalente a renunciar formalmente a qualquer possibilidade de pelo menos tentar, através do esforço próprio e do uso das mesmas prerrogativas utilizadas pelos países hoje desenvolvidos, romper o secular atraso e dependência que marca a sociedade brasileira.

Ao invés de passaporte para a modernidade, esta e outras tantas medidas propostas pelo finado governo Collor, dentro de seu ideário neoliberal, significam a perpetuação do atraso e da dependência. Não se pode permitir que uma questão tão importante para o desenvolvimento do país e o futuro das próximas gerações, que é o acesso aos novos conhecimentos científicos, seja tratado apenas como mais um item na balança comercial e de serviços, como querem os EUA em particular e os países desenvolvidos em geral.

Certamente existirão outras formas de regularizar e resolver eventuais pendências comerciais com o resto do mundo, sem que o Brasil precise vestir essa camisa de força representada pela nova lei de patentes, hipotecando seu futuro às grandes corporações capitalistas transnacionais.

Na Rio-92, os EUA tentou vender a idéia de que a biodiversidade dos trópicos era um patrimônio universal. Por que então achar que os atuais conhecimentos científicos, que representam um acúmulo de milhares de anos e que para atingir o nível atual tiveram a contribuição de centenas de milhares de sábios, filósofos, pesquisadores e cientistas, possa agora por uma decisão do GATT ser transformado em ativo das grandes corporações norte-americanas?

* Economista e assessor parlamentar

CUBA

A ação dos sindicatos num país sob o fogo cerrado do imperialismo

Altamiro Borges *

No final do ano passado, a Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC) promoveu o "1º Curso de Instrutores Sindicais da América Latina", com a participação de representantes de nove países do continente. A viagem permitiu conhecer mais de perto a realidade desta pequena ilha do Caribe e estreitar o contato com o seu movimento sindical, que desenvolve a complexa experiência da construção do sindicalismo num país socialista.

O movimento sindical cubano atua num contexto de grandes dificuldades. Desde o triunfo da revolução, em janeiro de 59, que o país — a poucas milhas dos EUA — enfrenta a brutal e desumana agressão do imperialismo americano. Esta se dá de maneira multifacética e tem reflexos em toda a sociedade. No terreno econômico, o bloqueio imposto pelo governo dos Estados Unidos já resultou em mais de 40 bilhões de dólares de prejuízo — segundo os institutos de pesquisa.

Já no campo político e ideológico, a nação vive em permanente estado de guerra. Os Estados Unidos mantêm até hoje uma base naval na

província cubana de Guantánamo e as ameaças de invasão já fazem parte do cotidiano. Em julho passado, por exemplo, o então candidato do Partido Democrata, Bill Clinton, insinuou que poderia intervir militarmente em Cuba, "para restaurar a democracia". Há alguns anos que o governo dos EUA financiam uma rádio e uma TV, que transmitem ilegalmente mensagens de cunho terrorista.

A estratégia do imperialismo americano, no entanto, privilegia o bloqueio econômico. Temendo a repercussão de uma agressão direta, os EUA fazem de tudo para sufocar a economia do país. O seu objetivo explícito é estimular o

descontentamento da população e desestabilizar o governo. Além de proibir qualquer relação comercial direta com Cuba, os Estados Unidos chantageiam os demais países capitalistas — sabotando exportações e importações.

Com a queda do Leste Europeu, o governo norte-americano intensificou ainda mais o bloqueio. Em outubro passado, o presidente Bush assinou a chamada "Lei Torricelli", que é um verdadeiro atentado à soberania das nações do mundo inteiro. Ela fixa sanções às empresas estrangeiras que mantenham acordos comerciais com Cuba e proíbe a entrada em portos americanos de navios que realizem cargas ou descarregas na ilha. As ameaças são descaradas:

"Deixar claro a outros países que em suas relações com os Estados Unidos este tomará em conta a vontade de cooperar com tal política; condicionar a ajuda à Comunidade dos Estados Independentes ou a qualquer de suas repúblicas ao fim do apoio militar e técnico, dos subsídios e de outras formas de ajuda a Cuba; propor o tratamento não discriminatório a República Popular da China desde que se tenha certificado que o governo deste país fez significativos progressos na redução da ajuda a Cuba; iniciar imediatamente o desenvolvimento da política dos Estados Unidos para a Cuba da era pós-Castro" — diz a Torricelli.

Além do brutal cerco imperialista, nos últimos anos a economia cubana foi duramente afetada com os dramáticos acontecimentos do Leste Europeu. A desagregação da ex-URSS e a falência dos demais regimes pró-soviéticos da região tiveram o efeito de uma bomba na ilha do Caribe. Tanto que os cubanos falam em "duplo bloqueio", já que perderam os principais parceiros comerciais desde a vitória da revolução. O isolamento da ilha aumentou!

Por fatores objetivos e também por erros de condução política, que hoje começam a ser timidamente reconhecidos pelo governo, Cuba sempre foi muito dependente economicamente da União Soviética. Cerca de 85% das relações comerciais — exportações e importações — eram mantidas com os regimes que desmoronaram no Leste Europeu. O petróleo, por exemplo, que é vital para um país sem recursos energéticos próprios (a ilha tem poucos rios, não tem minas de carvão e nem reservas petrolíferas), vinha quase todo da URSS.

Cuba também priorizou durante todos estes anos a indústria açucareira. O produto e seus

derivados eram exportados para os países da órbita soviética, numa relação comercial vantajosa — do tipo escambo. Era feita a troca direta com outras matérias primas, produtos manufaturados e equipamentos para a indústria — máquinas e peças de reposição. O comércio externo sempre foi decisivo para o desenvolvimento da frágil economia cubana.

Com o fim do Leste Europeu, tudo isto cessou. Os contratos simplesmente foram anulados pelos novos governos capitalistas da região. Dos 14 milhões de toneladas de petróleo importados anualmente, Cuba hoje tem que sobreviver com apenas algo em torno de um terço. Desde a máquina industrial até o sabonete, milhares de produtos dos ex-países socialistas deixaram de aportar na ilha. A grave crise energética afetou todos os setores da economia. A falta de peças de reposição e de algumas matérias primas essenciais penalizaram a indústria.

**Apesar das dificuldades,
governo cubano não adota
as medidas neoliberais**

Em função do permanente cerco capitalista, dos recentes acontecimentos do Leste Europeu e também dos próprios erros cometidos, Cuba vive atualmente uma situação de grandes dificuldades. Durante a nossa visita, esta dura realidade não foi escamoteada. Nos contatos com pessoas do povo, com dirigentes de organizações populares e com intelectuais, todos enfatizaram que a ilha atravessa a sua fase mais delicada desde o triunfo da revolução. É o chamado "período especial em tempo de paz", como é conhecido este complexo momento.

Vários setores da economia estão quase que paralisados. Na agricultura, por exemplo, voltou a ser utilizada a tração animal — já que não há combustível e nem peças de reposição para utilizar todos os tratores disponíveis. Na indústria, a capacidade instalada está ociosa em cerca de 40% devido aos mesmos fatores. Há racionamento de alimentação, com a distribuição do mínimo necessário para o conjunto dos habitantes. A escassez de mercadorias é sentida em todas as lojas e mercados. O sistema de transporte público é dos mais precários, com

poucos veículos e em péssimo estado. O abrangente plano de moradias teve que ser drasticamente reduzido nos últimos anos.

Apesar de todas estas dificuldades, o governo cubano não adotou as drásticas medidas do receituário neoliberal — tão em voga no capitalismo e que tanto penalizam os trabalhadores, como os brasileiros. Não se apelou para o desemprego e nem para o arrocho salarial. Os benefícios sociais, como a seguridade dos aposentados, estão sendo mantidos. Serviços essenciais, como a saúde e a educação, não sofreram redução de investimentos do Estado.

Os indicadores sociais cubanos continuam a ser comparados com os dos países do chamado "primeiro mundo". A mortalidade infantil, por exemplo, é inferior ao dos EUA e seis vezes menor do que no restante do continente. Em reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em outubro passado, o seu sistema de seguridade social foi considerado um dos mais eficientes do planeta. Não há analfabetismo no país e 94,3% dos jovens entre 12 e 14 anos estão na escola.

A alimentação, mesmo sendo racionada, é distribuída igualmente para todo o povo, através das *libretas*. Até o momento os organismos mundiais de saúde não encontraram casos de subnutrição na ilha. Apesar da propaganda dos meios de comunicação da burguesia, nenhum dos participantes do curso de instrutores sindicais viu favelas, mendigos ou crianças abandonadas nas ruas de Havana. E todos andaram livremente e muito pela cidade!

Os distintos fatores que explicam a resistência heróica do povo cubano

A preservação das conquistas do processo revolucionário é uma das razões que explica o por quê este povo resiste tão heroicamente ao cerco do mundo capitalista. Com o desastre do Leste Europeu, George Bush anunciou várias datas para o fim do regime cubano — mas nenhuma se confirmou. O que dá para dizer é que o futuro de Cuba é imprevisível. Depende de vários fatores, internos e externos. Não se pode afirmar, a não ser de forma leviana, que o poder popular está por um fio ou que se manterá por longos e longos anos.

Além da defesa das conquistas da revolução, o que se percebe nos contatos em Havana é um forte sentimento anti-imperialista. O orgulho nacional é uma marca registrada. Está presente em todos os cantos e nos mais distintos setores da sociedade. Aparentemente, quanto maior a violência dos EUA, maior a coesão dos cubanos. O "espírito" de Che Guevara, do guerrilheiro incansável e radiante de otimismo, é incentivado entre os jovens e os trabalhadores. O mesmo ocorre com a defesa intransigente da unidade contra o inimigo maior. A resistência ao império americano é corporificada na figura de Fidel Castro.

Outro fator que pode explicar a durabilidade do regime cubano é que todo o processo revolucionário contou com inúmeros instrumentos de participação popular. A criatividade neste terreno é enorme e chamou a atenção. Através dos Comitês de Defesa da Revolução (CDRs), existentes em todos os quarteirões ou prédios, os cubanos discutem política e se engajam nas atividades mais simples — como a vigilância noturna, a limpeza pública da área, as campanhas de vacinação, as promoções culturais e de lazer, etc.

Antonio Balbino



Manifestação em Havana contra a Torricelli

Já com os contingentes agrícolas e as brigadas de construção, os trabalhadores e os estudantes se apresentam nas assembléias de suas áreas para ajudar no esforço de desenvolvimento do país. Encontramos arquitetos, diretores de escolas e outros profissionais trabalhando voluntariamente no campo. Há também as milícias populares e mensalmente ocorrem treinamentos militares envolvendo milhões de civis cubanos — conforme pudemos assistir ao vivo.

A trajetória sinuante do movimento sindical num país que superou o capitalismo

É nesse contexto contraditório que se insere o movimento sindical cubano. Ele é condicionado pela realidade atual adversa e também por suas particularidades históricas. Diferente dos demais países que desenvolveram as primeiras experiências de construção do socialismo, em Cuba o movimento sindical tem uma longa tradição de luta. Antes da revolução, já gozava de prestígio entre os trabalhadores, possuía uma sólida estrutura organizativa e era responsável por uma das legislações trabalhistas mais avançadas do continente.

As primeiras organizações sindicais surgiram em meados do século passado. O movimento paredista é inaugurado em 1865, com a greve dos trabalhadores do tabaco da fábrica "Hijas de Cabañas y Carvajal". Estas jovens entidades operárias participaram, mesmo que de forma limitada, das várias lutas de independência nacional, contra a colonização espanhola. Em seguida, terão papel destacado na defesa da democracia, contra as tirânicas impostas pelo imperialismo americano. Neste processo é fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Cuba, em 1925, que depois viria a se chamar CTC.

Quando da revolução, em 1º de janeiro de 59, o movimento sindical dará sua contribuição decisiva à luta guerrilheira. Através de uma greve geral de caráter insurrecional, ajuda a consolidar o jovem poder popular, impedindo as manobras dos testas-de-ferro dos EUA. Os interventores sindicais nomeados pelo ditador Fulgêncio Batista, os "mujadistas", como eram

conhecidos os seguidores de Eusébio Mujal, secretário-geral da CTC, são expulsos dos sindicatos.

Toda esta trajetória de lutas ajudará a moldar o papel e a estrutura do sindicalismo na etapa que se inaugura de um país não-capitalista. No entanto, esse processo não será simples e nem retilíneo. A exemplo do Leste Europeu, a relação entre sindicato, partido e Estado será das mais conturbadas e polêmicas. Num primeiro momento, logo após o triunfo da revolução e com a adoção das primeiras medidas socialistas, o sindicalismo sofrerá um sensível esvaziamento. Ele se confundirá com o partido e com os órgãos de governo.

Os principais quadros sindicais, forjados na luta contra o capitalismo, assumem outras funções. Muitos são incorporados às atividades administrativas do jovem Estado, outros se dedicam com exclusividade às tarefas partidárias. É o caso de Lazaro Peña, o "capitão da classe operária cubana", a liderança comunista com maior credibilidade nesta frente. A grande efervescência de massas deste período se dá por fora dos sindicatos, que perdem seu ímpeto. Essa debilidade se deve à inexperiência, mas também às necessidades impostas pela nova realidade.

Já numa outra fase, que a grosso modo se estende de meados da década de 70 até final dos anos 80, ocorre um outro fenômeno negativo. O movimento sindical, que havia se revitalizado por um curto espaço de tempo, vai passar por um processo de burocratização e formalismo. Nesse momento, de maior vínculo com a URSS, observa-se uma cópia do modelo soviético em vários terrenos — no econômico, no político e inclusive no campo das organizações de massas.

Conforme a autocritica formulada posteriormente, ocorre a chamada "inversão da pirâmide sindical", com o inchamento das direções e o afastamento das bases. Em decorrência de uma tímida prosperidade econômica, baseada na "ajuda" do Leste Europeu, também se manifesta a acomodação e o burocratismo dos dirigentes. Os trabalhadores não se sentem representados pelas entidades e há uma queda da sindicalização e da presença nas várias instâncias do sindicalismo.

O esforço do sindicalismo cubano para defender as conquistas da revolução

Atualmente, o movimento sindical cubano passa por uma fase de fortalecimento — segundo declarações dos seus dirigentes e de vários trabalhadores urbanos entrevistados. A própria falência dos regimes pró-soviéticos foi, em grande medida, responsável por este novo revigoramento. Para evitar a derrota da revolução e o retorno ao capitalismo, há hoje um esforço redobrado no sentido de aperfeiçoar os instrumentos de participação e conscientização do povo.

A partir do XVI Congresso da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), em janeiro de 1990, são adotadas várias alterações. Isto se dá no bojo da "política de retificação dos erros e das tendências negativas", implementada pelo governo cubano em todas as esferas da sociedade. Medidas são tomadas no sentido de desburocratizar o sindicalismo e aumentar sua inserção na base. O objetivo é fazer com que os sindicatos reflitam melhor as inquietudes e os anseios dos trabalhadores, evitando surpresas desagradáveis.

O desvio da "pirâmide invertida" é enfrentado de forma radical. Antes destas medidas, a CTC e os 18 Sindicatos Nacionais de Trabalhadores (SNTs), instalados na sede central de Havana, tinham cerca de 180 dirigentes profissionalizados — afastados da produção. Hoje são apenas uns 60, entre sindicalistas e funcionários do aparato nacional. O restante retornou ao trabalho, no contato direto com suas bases, num esforço para superar o burocratismo e a acomodação.

Por outro lado, o congresso reforçou a organização dos comitês provinciais e municipais da CTC e dos SNTs e a construção das sessões sindicais em cada unidade de trabalho. Hoje existem 74.151 sessões sindicais espalhadas por todo o país, nas zonas urbanas e rurais. Nos maiores centros produtivos ainda funcionam os buros sindicais, que congregam as várias sessões existentes. Ao todo, hoje existem aproximadamente 326 mil sindicalistas eleitos —

cerca de 10% da População Economicamente Ativa de Cuba.

O sindicalismo também aumentou o seu poder de interferência nas orientações políticas e econômicas do país. Ele participa das reuniões dos Conselhos de Estado e de Ministros e o secretário-geral da CTC, o operário da construção civil Pedro Ross Leal, é membro do Buro Político do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba. Já na base, os representantes sindicais tem assento às reuniões dos conselhos de administração de todos os centros de trabalho.

Além disso, as direções das empresas do Estado devem prestar contas de suas atividades aos sindicatos e às assembléias periódicas dos trabalhadores. Há vários casos em que a administração é obrigada a rever suas decisões, por pressão da sessão sindical. Em menor escala, alguns administradores inclusive já foram destituídos dos seus postos por interferência do sindicalismo. Nas principais unidades de trabalho há "juntas de justiça laboral", com maioria de trabalhadores eleitos, para equacionar rapidamente as pendências surgidas.

Todas estas medidas possibilitaram o avanço do sindicalismo cubano, que hoje conta com maior representatividade na base e é um forte interlocutor na sociedade. Apesar disto, ainda não se pode garantir que já está definido com precisão qual o papel dos sindicatos num país não-capitalista. Pouco depois da revolução, Lázaro Peña traçou dois eixos básicos de atuação do movimento sindical: defesa das conquistas revolucionárias e contraponto à administração das empresas, tendo como base os interesses dos trabalhadores.

Por vários fatores, nem sempre esta concepção foi colocada em prática. Na maioria das vezes, conforme reconhecem as próprias lideranças, os sindicatos se confundiram com o Estado e com o partido. Com isso, perderam representatividade e o seu papel foi ofuscado. Hoje há um esforço para revitalizar o sindicalismo, preservando sua independência, aumentando seu poder de intervenção na sociedade e aperfeiçoando o seu vínculo com as bases. Existe um consenso de que esta é a melhor forma de se preservar as conquistas da revolução e de evitar o retorno ao capitalismo. Só o tempo dirá se este esforço está sendo bem sucedido!

* Presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES)*



As origens e os efeitos do toyotismo entre os trabalhadores do Japão

Tsugio Takaichi*

O toyotismo é um termo geral que designa a política de controle da produção e do trabalho estabelecida através da "racionalização capitalista", por meio de material microeletrônico. Tem esse nome porque um modelo desta política é adotado pela Toyota Motor Corporation. Hoje é empregado não apenas pela indústria automobilística, mas também por outros setores do país.

O imperialismo japonês, revigorado durante a segunda metade dos anos 60, empregou a "racionalização", também chamada "redução de trabalhadores, de equipamentos e de moeda".

Ele realizou uma reestruturação industrial, deslocando os interesses das indústrias pesadas e químicas em benefício dos setores de alta tecnologia, num processo para escapar da crise econômica de 1975. Em 1980, o imperialismo japonês intensificou sua ofensiva econômica no exterior utilizando o investimento direto como método principal. A partir desse período, começou a introduzir o material microeletrônico. Reforçou sua competitividade, obteve vitórias nos conflitos com as potências imperialistas americana e européia, e tornou-se um imperialismo maior.

A "racionalização" pela microeletrônica transformou o conteúdo da política de produção e de força de trabalho. O conteúdo da produção passou de uma produção de massa, com os efeitos de economia de escala, a uma produção largamente diversificada, de lotes reduzidos. No que diz respeito à força de trabalho, os monopólios transferiram muitos de seus trabalhadores fixos a filiais ou a empresas ligadas. Isso permitiu-lhes diminuir o número de efetivos, enquanto que o número de trabalhadores nas empresas subcontratadas, de trabalhadores temporários, em tempo parcial, sazonais e interinos aumentou. Estes têm status instável com salário baixo. Não têm nenhum direito. O sistema *just in time* também foi colocado em operação no que diz respeito à força de trabalho; a burguesia pode utilizar o mínimo de mão-de-obra necessário. Os monopólios japoneses, portanto, intensificaram a exploração e constroem os trabalhadores a sofrimentos insuportáveis.

Neste texto, trataremos de quatro pontos:

1. As consequências nas oficinas da "racionalização" baseada na microeletrônica, da robotização e do *just in time*;
2. O conteúdo e o objetivo dos círculos de qualidade;
3. A deterioração do sistema de horas de trabalho;
4. A deterioração da estrutura e do sistema de salários;

Efeitos da "racionalização" baseada na microeletrônica, robotização e just-in-time

A característica técnica da automação através da microeletrônica é a flexibilidade. Trata-se da estrutura técnica mais apropriada à produção largamente diversificada em lotes reduzidos.

Por exemplo, um dos principais equipamentos microeletrônicos é a máquina-ferramenta comando numérico, que pode assumir tarefas diversas com uma simples mudança de programa. As informações numéricas sobre o processo a executar (os materiais que convêm, os instrumentos a utilizar, etc.) são registrados nesses programas. Para se adaptar a isso, todas

as ações dos trabalhadores devem ser subdivididas e padronizadas, a flexibilidade da força de trabalho deve ser intensificada. Os trabalhadores são modelados a fim de adaptar-se à produção largamente diversificada em lotes reduzidos. O conteúdo da produção transformou completamente as formas de trabalho.

A robotização iniciou-se nas linhas de produção. Ela é utilizada na soldagem, pintura, guarnição, prensa e tratamento das máquinas. O sistema *kanban* é o mais apropriado à robotização. É o instrumento do *just in time*. Permite reduzir os estoques ao mínimo em cada etapa da produção. A Toyota Motor Company foi a primeira empresa a introduzir este sistema, mas hoje todas as indústrias automobilísticas do Japão o empregam.

O termo *kanban* designa uma placa retangular envolvida em vinil. Há dois tipos de *kanbans*. Um é o "*kanban de liberação*". Ele dá instruções aos trabalhadores situados no escalão seguinte da cadeia de produção, para que usem um determinado tipo e quantidade de um componente fabricado na etapa precedente. Outro é o "*kanban de comando*". Ele dita o tipo e a quantidade de componentes que os trabalhadores situados acima, na linha de montagem, devem produzir. Estes dois *kanbans* são utilizados em todos os processos. Destinam-se a obter uma produção sem o menor desperdício.

O papel do *kanban* é indicar automaticamente aos trabalhadores o que devem produzir e transportar, quanto, como e quando. Olhando apenas para o *kanban* pode-se saber a quantidade da produção a executar, o tempo em que é preciso fazê-lo, o método e a ordem das operações; ou a quantidade de bens a transportar na cadeia, o destino, o local de estocagem e os meios de transportes.

Nas indústrias automobilísticas, dois trabalhadores são dispostos lado a lado na linha de montagem. Atrás deles, está a quantidade exata de componentes necessária, colocados em embalagens de vinil numeradas. De acordo com a velocidade da cadeia, os trabalhadores pegam as peças nas embalagens. Os trabalhos são simplificados, a fim de poder atender aos diferentes modelos de automóveis montados numa mesma linha de produção. Por exemplo, sobre a linha de montagem os trabalhadores instalam peças com base em instruções de tipo *o* ou *+* (um círculo ou uma cruz) inscritas sobre a placa chamada *broad-cast*, um tipo de *kanban*.

Em outro ponto, nas linhas de soldagem e guarnição há botões vermelhos e amarelos. Se um operário aperta o botão amarelo, sendo a regra estabelecida, a velocidade da cadeia diminui. Se ele está em perigo e aperta o botão vermelho, a linha pára. Atualmente, no entanto, o botão vermelho não funciona jamais, mesmo se alguém o pressione.

Os capitalistas aceleram a velocidade das linhas assim que a quantidade da produção se amplia. Quando esta se reduz, no entanto, não diminuem apenas a velocidade das linhas, mas igualmente o número de trabalhadores. Desse modo, a pressão sobre os operários não arrefece jamais.

**Ritmo do trabalho é intenso
e aumentam os acidentes
fatais em várias indústrias**

O trabalho é muito intensificado para permitir pausas regulares. Na usina A, por exemplo, o trabalho da equipe do dia começa às 8 da manhã. A pausa da manhã é de dez minutos, às 10 horas, mas os operários devem usar 5 minutos para acertar as máquinas e preparar os componentes. Têm apenas 5 minutos para ir ao banheiro e fumar. Depois desse "break", continuam a trabalhar até meio-dia. Para almoçar, gastam oito minutos para ir ao refeitório. Para ir e voltar, 16 minutos, portanto. Mais 20 minutos para esperar na fila e comer. Além disso, devem gastar mais 5 minutos para preparar o trabalho da tarde. Tudo isso mostra que não podem consagrar mais que 5 minutos à pausa para comer. Além disso, devem fazer horas-extras, uma ou duas por dia. Dessa forma, o trabalho intensivo prossegue durante nove a dez horas por dia.

Tais condições de trabalho provocam acidentes mortais. Um jovem trabalhador de 21 anos foi morto na Daihatsu Motor Corporation, na usina secundária de Shiga. (Daihatsu é um pequeno construtor, fabricante sobretudo dos modelos mais baratos e dependente da Toyota. Nesse dia, o braço do robô que estava fixando um pneu parou. O operário foi consertá-lo. O "bom senso" mandava que ele não parasse a máquina, a fim de que atendesse os objetivos da produção, e mesmo sob risco de acidentes.

Por isso, começou a consertar sem cortar a corrente. De repente, o braço funcionou, o atacou e matou, ao comprimir seu peito e destruir seu coração e seus pulmões. Quatro meses mais tarde, houve novo acidente. Um trabalhador da prensa, de 49 anos, percebeu a parada acidental de um comboio. Assim que se debruçou para verificar de que tipo de acidente se tratava, o comboio se recolocou em marcha e afundou seu estômago. Ele morreu na hora. Seis meses mais tarde, um trabalhador da fábrica de Kyoto, da mesma Daihatsu, morreu ao cair do alto de uma máquina. Estima-se que na Daihatsu houve 78 mortos nos locais de trabalho nos últimos cinco anos. Tal situação pode ser generalizada para as outras empresas automobilísticas do país.

Depois das seções de produção direta, foi a vez da produção indireta assistir à introdução da microeletrônica.

No departamento dos produtos em teste, os trabalhadores fabricavam maquetes em madeira das partes do carro, seguindo desenhos e empregando cinzéis de marceneiro, plainas e serrotes. Mas há dois anos, este departamento introduziu computadores com programas CAD/CAM (siglas em inglês para *desenho e produção auxiliadas por computador*). Em consequência, os trabalhadores manuseiam um teclado, ao invés de utilizar os cinzéis e as plainas. O trabalho agora é introduzir, através do CAD/CAM, dados numéricos aos desenhos apresentados; salvá-los, transferir estes novos dados em disquetes e introduzi-los nas máquinas-ferramentas com comando numérico. Em seguida, estas máquinas moldam a madeira com suas lâminas para fabricar imediatamente a maquete.

Trabalhadores de menos de 30 anos, e mal pagos, são utilizados nesse trabalho como operadores principais de CAD/CAM, enquanto operários qualificados, de mais de 40 anos e com salários relativamente elevados, são aposentados e recolocados em empresas coligadas. O trabalho com estas máquinas elevou radicalmente a produtividade em comparação ao trabalho manual. Os postos que não podem ser substituídos por robôs ou máquinas-ferramentas com comando numérico são repassados pelos patrões às empresas coligadas, ou relegados a trabalhadores sazonais ou por tempo parcial (com contratos de um ou dois anos).

Dessa forma, a introdução da microeletrônica transformou o conteúdo do trabalho. Os trabalhadores agem em função da velocidade da cadeia ou operam sós, face a face com computadores, ao invés de trabalhar juntos em cooperação.

Um operário do departamento de produtos em teste declarou: "As horas de trabalho são tão calmas que só ouvimos o ruído dos teclados. Se eu falasse um pouco com meu vizinho, nós chamaríamos tanto a atenção que ninguém ousa falar com ninguém nas oficinas. Sequer podemos trocar opiniões". "É mais fácil superar minha fadiga física que a mental", contou outro operário, "porque nós trabalhamos no computador o dia todo, e ficamos muito nervosos. Não tenho fome, e tornei-me um grande fumante. Sinto-me todo tempo tenso em meus ombros, depois em minhas ancas e nos joelhos. E eu sou jovem".

Círculos de qualidades têm o objetivo de domesticar a consciência do trabalhador

A gestão do trabalho sob a atual "racionalização" pela microeletrônica está baseada principalmente na "gestão por objeto", e sua atividade de pequenos grupos. Os operários são divididos em grupos de 10 a 20 pessoas. Pedese a eles que proponham e apliquem métodos para "melhorar" as condições de trabalho. A direção não absorve qualquer tipo de sugestão a este respeito, mas unicamente aquelas ligadas à redução dos custos de produção.

Por exemplo, no departamento de teste de componentes para motores, da divisão de pesquisa e desenvolvimento, a direção da Mazda Motor Corporation dividiu os trabalhadores em grupos de nove pessoas cada. Todos os grupos devem relatar os resultados de seus estudos em três encontros anuais. A direção avalia as prestações de contas dos círculos de qualidade e felicita os relatórios que são aproveitáveis. Os trabalhadores recebem 500 ienes para participar desses encontros. Se suas atividades são aproveitadas, eles podem ganhar 1500 ienes.

O movimento dos círculos de qualidade visa privar os trabalhadores de sua consciência de classe e transformá-los em trabalhadores devotados aos interesses do capital.

Um trabalhador conta: "Fala-se que o movimento dos círculos de qualidade é voluntário, mas você é constantemente advertido pelos contramestres se não participa das reuniões. Além disso, a avaliação que a direção faz sobre seu trabalho é pior e isso afeta sua promoção. É "voluntário", mas as reuniões ocorrem fora das horas de trabalho, sem qualquer pagamento". Como ele, a maior parte dos trabalhadores se opõe ao movimento dos círculos de qualidade. Só os contramestres estão sinceramente engajados nessa atividade.

É interessante ressaltar que a introdução da microeletrônica ampliou para 24 horas diárias o período de produção na maior parte das fábricas. Em 1983, por exemplo, foram feitas as primeiras mudanças no sistema de horas de trabalho. Entre elas, 70% diziam respeito ao trabalho em equipe. Isso significa que, para os monopólios, era urgente e indispensável recuperar o mais rapidamente possível os fundos enormes investidos em aparelhos de microeletrônica extremamente custosos.

Na indústria automobilística, as seções de produção direta, inclusive a cadeia de produção, adotaram o sistema de trabalho durante as 24 horas do dia, mesmo antes da introdução da microeletrônica. A instalação das máquinas-ferramentas com comando numérico permitiu a introdução de tal sistema igualmente nas seções de produção indireta, que não conheciam até então o trabalho noturno. No que diz respeito às horas de trabalho, as grandes indústrias de automóveis adotaram normalmente a semana de cinco dias, mas os operários são constrangidos a fazer de uma a duas horas extras por dia. Significa que trabalham nove a dez horas por dia. O princípio da jornada de oito horas é negado na prática. Além disso, há o que se chama de trabalho durante os dias de descanso. Por exemplo, ocorre com frequência que os trabalhadores sejam chamados a trabalhar sábado e que isso seja considerado trabalho durante os dias de descanso. É outra violação da jornada de cinco horas.

As conseqüências sobre os salários do novo sistema de gerenciamento fabril

Depois da segunda guerra mundial, a burguesia monopolista japonesa reorganizou os sindicatos, que passaram a ter como base de atuação as empresas. Usou para isso os social-democratas e os burocratas sindicais. A mudança criou relações industriais patrão-empregado baseadas na idéia da luta pela empresa e na política de conciliação entre o trabalho e o capital. Esta política de colaboração parte da idéia de que os trabalhadores e a direção devem cooperar para engrandecer a empresa. Até os anos 70, a estrutura salarial estava baseada nestas relações. Os critérios para a alta das remunerações e a promoção eram principalmente a carreira do trabalhador e os estudos feitos por ele.

No final dos anos 70, enquanto a microeletrônica era introduzida nas fábricas, a burguesia mudou a estrutura de salários antiga, baseada na antigüidade, para um sistema baseado na capacidade ou na posição hierárquica dos operários na fábrica. Em conseqüência, criaram-se muitos postos inferiores.

A principal característica desta revisão é que o sistema de salários no Japão, baseado antes na antigüidade e secundariamente na qualificação, foi substituído por um sistema assentado sobretudo na fidelidade dos trabalhadores ao capital e sobre suas posições na fábrica.

Os salários foram divididos em duas partes: uma em função do "mérito" e outra com base na antigüidade. Na maior parte dos sistemas, a proporção é de 50% para cada parte. A promoção para postos como chefe de subseção, de seção, diretor-geral, etc., é decidida por exame. O critério decisivo dos exames é baseado na fidelidade dos trabalhadores. Quanto mais alto é o posto do trabalhador na empresa, maior é o salário. Dessa forma, as diferenças de remuneração se aprofundam.

Os salários anuais do *staff* de administração, como contramestres, chefes de subseção, de seção e do diretor geral, ficam entre 7 e 10 milhões de ienes, enquanto a maior parte dos trabalhadores ganha de 3 a 4 milhões.

O novo sistema de salários trouxe as seguintes conseqüências para os trabalhadores:

1. A simplificação do trabalho permite que a direção expulse operários qualificados e rebaiixe, assim, os salários dos trabalhadores menos jovens. Desta maneira, o capital estabeleceu uma estrutura de baixos salários para todos os trabalhadores;
2. O sistema incute na consciência dos trabalhadores o sentido de pertencerem a sua empresa;
3. Surge uma divisão entre os trabalhadores, através da escala de salários. Tudo isso cria obstáculos à unidade da classe operária.

Um trabalho longo e intensivo como este e o tratamento dos trabalhadores como apêndices das máquinas aprofundaram a revolta e a cólera dos operários. A direção dos sindicatos colaborou estreitamente com o patronato. Os sindicatos funcionam como instrumento de dominação dos operários pelo capital. Contra tal situação, os trabalhadores recorreram à resistência pessoal e individual. Numa seção da linha de montagem da fábrica A, por exemplo, há 30 novos recrutas, jovens. Mas dois anos mais tarde, mais de 20 perderam o emprego. Em seu lugar, a direção emprega trabalhadores temporários, em tempo parcial e outros trabalhadores ocasionais, que têm todo tipo de contrato de trabalho. O status destes é muito instável. Mas apesar disso, muitos trabalhadores deixam a empresa, uns após os outros. Dessa maneira, a direção emprega pessoal quase todos os dias, sem pedir referências escolares. Pode-se ver isso em todas as fábricas de automóveis. Os trabalhadores revoltam-se, sobretudo, contra o tratamento desumano que recebem e a condição de apêndices das máquinas.

Recentemente, começaram a tomar certas atitudes para exprimir sua indignação. Começam a resistir à violação de seus direitos democráticos pela direção. Segundo uma enquete conduzida por um sindicato, mais de 40% dos trabalhadores estão descontentes por serem obrigados a trabalhar um bom número de sábados e domingos e por terem de fazer horas extras. Alguns operários queixam-se a seus contramestres, dizendo: "nós somos forçados a fazer horas todos os dias, exceto no dia de pagamento, e de trabalhar nos fim-de-semana". Numa fábrica, os trabalhadores precisavam comunicar por escrito, antecipadamente, se queriam usufruir os dias de descanso. Mas queixaram-se ao contramestre e finalmente, este admitiu que os operários podiam também fazer o comunicado após a ausência.

* Redator chefe do "Boletim dos Trabalhadores", editado em Tóquio, e membro do Partido Comunista Japonês (esquerda). Tradução de Antônio Martins

O colapso do capitalismo e a urgência do reforço da proposta socialista

Umberto Martins *

Em homenagem ao 75º aniversário da revolução russa, o jornal "Pravda" publicou um editorial onde imaginava como seriam as festividades em memória da revolução em seu centenário, ou seja, no ano 2017. Mesmo na Rússia, conforme o cenário criado pelo articulista, o socialismo teria ressuscitado. A era atual, de restauração capitalista, teria sido superada, com a derrota da burguesia.

O artigo, parcialmente reproduzido pela imprensa brasileira, foi em geral acolhido com sarcasmo e interpretado como manifestação de nostalgia estéril ou ficção de mau gosto. Pouca coisa pode parecer tão irreal, nos dias atuais, como uma perspectiva que se assemelha à que foi sugerida pelo "Pravda". A opinião pública é dominada pela impressão de que o sistema socialista foi afastado do horizonte histórico. A burguesia acredita que isto ocorreu de forma definitiva.

Também entre as forças anticapitalistas (que sofreram baixas e depurações) domina a convicção de que a perspectiva socialista deve ser afastada pelo menos a médio prazo. Afirmam que o movimento revolucionário, em crise, encontra-se numa fase de evidente refluxo, que as condições subjetivas para o empreendimento de qualquer conduta mais ousada estão ausen-

tes e que, por enquanto, não há nenhum sinal de que tendam a se recompor.

No entanto, é conveniente observar que a história, embora feita pelo homem, tem os seus movimentos determinados preferencialmente por leis e processos regulares que possuem caráter objetivo e costumam fazer pouco caso do senso comum. Observando a marcha recente do modo de produção capitalista, talvez possamos ver que o otimismo burguês, apesar de sua temporária popularidade, é tão irrazoável quanto a classe que o propaga.

Em primeiro plano, cabe notar, pela sua relevância na determinação dos fatos sociais, os indicadores de desempenho econômico. As estatísticas disponíveis (por exemplo, do BIRD) revelam que já faz algum tempo o sistema capitalista, em seu conjunto, vivencia uma fase de declínio, de consequências opostas às da era de

relativa prosperidade desfrutada nas primeiras décadas do pós-guerra.

Este processo de progressiva decadência é caracterizado por taxas decrescentes de crescimento econômico, com a produção sendo orientada por uma tendência à estagnação. Se tal tendência for observada como uma curva num gráfico notar-se-á que a aproximação de uma taxa de crescimento igual a zero, ou seja, da estagnação propriamente dita, tem se afirmado de forma irresistível.

Vê-se, ao lado disto, que a marcha no sentido da paralisia econômica avançou um bocado e nisto talvez resida a mais significativa particularidade da crise atual. As taxas de desenvolvimento já atingiram um nível crítico, ficando a cada ano mais insustentáveis, inclusive em decorrência de seus explosivos efeitos sociais. A crise econômica adquiriu, com isto, um caráter estrutural e crônico. Ela difere, em suas motivações e conseqüências, das crises cíclicas.

**Crise atual revela o
esgotamento do modo de
produção da burguesia**

Naturalmente não há um desígnio secreto da história determinando que assim seja, ou que a evolução no rumo da estagnação se afirme de maneira linear. Este movimento é presidido pela lógica objetiva dos fatores econômicos, entre os quais destacam-se a queda das taxas médias de lucros, o crescimento dos gastos improdutivos e o agigantamento do parasitismo nos países imperialistas.

Esta crise revela, assim, certo esgotamento das possibilidades de valorização do capital, refletida numa progressiva incapacidade de reprodução ampliada da economia, um declínio relativo do valor acumulado globalmente no sistema, de sua poupança, frente às necessidades de investimentos. Derivando da evolução da produtividade, impulsionada pela automação, ela revela, como antevia Marx, que a lei do valor transformou-se numa base muito miserável para o desenvolvimento das forças produtivas modernas.

As conseqüências sociais e políticas do fenômeno, como ele objetivas e inevitáveis, tornaram-se mais claras a partir de meados da

década de 80. Embora em graus e formas diferenciadas, segundo condições particulares de países e regiões, manifestam-se em todo o globo, definindo um processo de decomposição do sistema imperialista, agravando sobremaneira as contradições sociais.

O efeito mais dramático é o crescimento vertiginoso do nível e do número absoluto de desempregados. Segundo estimativas da OCDE (consideradas subestimadas por alguns especialistas), ele chegará a 34 milhões de trabalhadores durante este ano somente nos 24 países mais ricos que a organização representa.

A concentração de riquezas e o sistemático avanço da miséria, da sobrevivência marginal e da criminalidade, são visíveis em todo o mundo e desdobram-se na rápida deterioração do padrão médio de vida nas metrópoles do sistema imperialista. Os governos burgueses, às voltas com déficits insustentáveis acumulados ao longo de décadas mais felizes e despreocupadas, tratam de derrubar um por um todos os fundamentos do chamado Estado do Bem Estar Social.

Os monopólios investem contra conquistas trabalhistas, implementam o emprego precário e mesmo as bases materiais para a existência das camadas mais privilegiadas, que Lênin identificou no passado como constituindo a aristocracia operária, vão sendo liquidadas.

**A oligarquia financeira
tende a abandonar a tão
badalada democracia liberal**

A realidade é que, desta forma, aos poucos vão se rompendo as bases e condições do equilíbrio e estabilidade que caracterizam os regimes burgueses nos países tidos como mais avançados. A burguesia tende à reação para manter o poder em condições que lhe são objetivamente adversas. Embora possa não parecer óbvio, os sinais de que mudanças nesta direção já devem estar em curso podem ser observados na superfície dos fatos que originam nossa modernidade.

Para compreender esta perspectiva é preciso não minimizar a relevância dos conflitos étnicos que eclodiram nos últimos anos, a proliferação de tendências racistas, a intolerância com

imigrantes e o crescimento e desenvoltura da extrema-direita no mundo e especialmente no interior da Comunidade Econômica Européia. As oligarquias financeiras que controlam a economia "globalizada", apesar do marketing em torno da democracia burguesa, podem estar preparando outras alternativas de domínio sobre as classes trabalhadoras.

Nas "Teorias da Mais Valia", Marx louvava em Ricardo a defesa do crescimento pelo crescimento, considerando este um critério objetivo de progresso e valoração da história. "Querer sustentar, como o fizeram os adversários sentimentais de Ricardo, que a produção como tal não é o objetivo, é esquecer que a produção pela produção significa apenas desenvolvimento das forças produtivas humanas, ou seja, **desenvolvimento da riqueza da natureza humana como um fim em si**".

Por isto, os historiadores são levados a encontrar justificativas inclusive para a existência do escravismo que, por mais cruel que possa parecer aos olhos da atualidade (como, aos olhos do futuro, será julgado o capitalismo), cumpriu uma necessidade e a seu tempo foi progressista.

De forma análoga, o que condena o sistema capitalista à autodestruição, fazendo dele um modo de produção provisório e não eterno, não são exclusiva nem principalmente as iniquidades sociais que engendra, mas a ineficácia econômica que desenvolve enquanto envelhece. A história requer o enterro da propriedade burguesa à medida em que esta passa a representar um freio ao desenvolvimento da produção. É também a partir deste momento que os critérios de progresso econômico e social se confundem, o crescimento pressupõe melhoria do padrão de vida, a produtividade exige cada vez mais o avanço da capacitação, consciência e disciplina da força de trabalho.

**Restauração capitalista
só agrava a crise nos
países do Leste Europeu**

É bem verdade que o colapso da ex-URSS e dos países do Leste europeu, também impulsionado pela mediocridade econômica, reforça a idéia de que o capitalismo provou sua supe-

rioridade. Trata-se, contudo, de uma interpretação oportunista dos fatos. O fracasso do regime soviético, de orientação pequeno-burguesa há algumas décadas, não pode ocultar a crise e o virtual fracasso do capitalismo.

Muitas ilusões propagadas pelos ideólogos burgueses, neste tempo de neoliberalismo, estão sendo impiedosamente destruídas pela realidade nos últimos anos. Uma delas foi a suposição de que a contrarrevolução capitalista na ex-URSS e no Leste europeu traria, além de prosperidade geral para a região, um alívio para crise econômica do imperialismo. Seria um fator impulsionador dos lucros e dos investimentos, descortinando novos mercados ao capital; e desdobrando-se em maior estabilidade e crescimento.

Evidentemente a perspectiva acalentada pela propaganda burguesa está se revelando tragicamente falsa. Ao contrário do paraíso prometido, os mercados "emancipados" pelo capitalismo (que há alguns anos já vergavam sob o peso do brutal endividamento externo) mergulharam no caos. Foram vítimas de um colapso econômico sem muitos paralelos na história, que veio agregar-se à crise das estruturas do sistema imperialista, acentuando sua instabilidade.

A suposição de que a formação de blocos econômicos acarretaria a amenização da crise também não está se concretizando. A previsão, revisada, de um crescimento desprezível da produção na CEE em 1993, de 0,5%, feito por especialistas da ONU, aponta em outra direção. Cresce, em contrapartida, o protecionismo, cujos reflexos sobre a produção global não são nada animadores.

Ao lado da tendência à estagnação, movimenta-se também de maneira objetiva outra contradição de igual ou maior impacto sobre a dinâmica do sistema capitalista, derivada do desenvolvimento econômico desigual das nações sob o imperialismo. Foi este fator que levou à interrupção do desenvolvimento pacífico do sistema por duas vezes neste século, liquidando definitivamente os vestígios da "paz britânica" no decorrer da Segunda Guerra.

Verificou-se um desenvolvimento desigual tanto na era de prosperidade como na fase de declínio do sistema. E isto, no decorrer das últimas décadas, vem provocando sensível alteração na correlação de forças entre os países, rompendo as bases do equilíbrio em que se ali-

cerça a ordem imperialista mundial do pós-guerra, sustentada na hegemonia dos Estados Unidos.

Com taxas de crescimento inferiores aos de outras potências, os EUA perdem terreno e a supremacia nesta esfera. Este processo de certa forma se consumou na metade da década de 80, quando o Japão ocupou o lugar de maior potência financeira do mundo. Os norte-americanos tentam reagir a esta decomposição recorrendo à chantagem militar, intervindo em várias regiões do mundo para fazer valer sua hegemonia. É claro que este processo acirra também a concorrência entre os monopólios sediados nos países imperialistas.

A estratégia do imperialismo ianque não corresponde à nova correlação de forças imposta pelo desenvolvimento desigual. Ela agride os interesses de outras potências que, embora no momento (por vários fatores) sejam constrangidas a acatar as ordens do Pentágono, também se preparam para fazer valer seus pontos de vista. Em suma, acumulam-se contradições e focos de tensão que, a julgar pelas indicações da história, só poderão ser revolvidas através da guerra.

O caráter objetivo dessas leis que determinam a crise do imperialismo (crise que abala todas as estruturas do sistema) reside precisamente no fato de que a burguesia é notavelmente impotente frente a seus efeitos, não pode detê-los e sequer atenuá-los em medida razoável. É esta circunstância que provoca o embaraçoso contraste entre as fanfarrônicas dos ideólogos a serviço do capital e a miséria dos indicadores econômicos e sociais do sistema na atualidade.

É claro que os resultados objetivos do desenvolvimento econômico do capitalismo colidem com os interesses e os sonhos da burguesia que, por isto, tenta, até desesperadamente, frear a marcha da crise. Este impulso da burguesia pode ser observado ao longo da história do imperialismo. É expresso nas políticas governamentais contra as recessões, num arsenal de iniciativas para amenizar os efeitos das dificuldades cíclicas.

Essas iniciativas, embora aqui e acolá possam amenizar a recessão, até o momento nunca solucionaram o problema. A crise continua marchando, com seus efeitos, independentemente da vontade e dos apelos políticos da burguesia. Em compensação, as intervenções tiveram o efeito de ampliar consideravelmente o raio de ação do Estado sobre a

economia, propiciando o florescimento do capitalismo monopolista de Estado, cuja evolução tem sido refletida nas estatísticas sobre a proporção dos gastos governamentais.

A atual onda neoliberal, que dá sinais de esgotamento, não reverteu esta tendência de avanço do Estado sobre a economia. Isto prova a necessidade cada vez maior de planejamento humano das atividades econômicas, o que fazia Lênin enxergar o capitalismo de Estado como a antesala do socialismo. Este avanço, que tem sido inexorável, realiza-se, conforme notam e reclamam os liderais, como uma negação do capitalismo e com certeza em detrimento do mercado.

É também inegável que a médio prazo ele resulta no agravamento dos fatores que determinam a crise do sistema, em particular no parasitismo (com o agigantamento, por exemplo, do déficit público). O neoliberalismo não deixou de ser uma reação a isto, mas seus efeitos mostram-se irrelevantes.

Assim, as perspectivas do capitalismo a curto e médio prazo históricos são anarquia e caos social crescentes, decorrentes da estagnação, de um lado, e guerra, decorrente do desequilíbrio da ordem mundial, de outro. Em poucas palavras, a barbárie, que certamente já está a caminho. A perspectiva do socialismo, por outro lado, pode e deve ser derivada das condições que o futuro reserva ao desenvolvimento do capitalismo. Engana-se quem imagina que esta crise pode se arrastar, sem cobrar um desfecho, a longo prazo. Tudo indica que uma solução virá mais rapidamente do que pode se esperar.

O socialismo se apresenta na atualidade como uma dramática necessidade de superação da crise econômica, social e política engendrada pelo capitalismo, até mesmo como a única alternativa à barbárie - uma necessidade que tem caráter e a força de uma lei objetiva da história. As condições subjetivas, hoje altamente desfavoráveis, terão forçosamente que se adequar às novas exigências.

Desta forma, talvez num futuro não muito distante, acabaremos por verificar que o otimismo burguês atual carrega muitas ilusões do tipo que a história costuma destruir sem vacilação e remorsos. Mais do que isto, então, a imaginação exposta no editorial do "Pravda", em vez de um desvario desproposital, seja observada como expressão de uma previsão razoável, ainda que sonhadora para a época atual.

* Assessor de Imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo

Assine a revista Debate Sindical

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista Debate Sindical. Ela custa apenas Cr\$ 240.000,00 e você recebe em sua casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a você receber quatro edições da Debate Sindical

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:
Telefone: CEP:
Sindicato a que pertence:
Cargo: Data da assinatura:

Preencha os dados e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal cruzado, em nome do Centro de Estudos Sindicais (CES), para a Rua Pirapitingui nº 12, Liberdade, São Paulo - SP, CEP 01508-020,
Fone/Fax: (011) 270-7702

Seja representante da Debate Sindical na sua entidade

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o fortalecimento do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente o seu orçamento mensal, recebendo 35% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para conhecer os detalhes da promoção e preencher o seu cadastro.

Fone/Fax: (011) 270-7702.

FILIE-SE AO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos. Ele é sustentado através das mensalidades das entidades sindicais filiadas, da taxa de inscrição dos cursos de formação e da venda de seus materiais impressos. Ele também conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pelo CES destacam-se:

- 1 — Edição da revista *Debate Sindical* — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências;
- 2 — Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho, concepções e práticas sindicais, etc ;
- 3 — Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc;
- 4 — Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.